PAULO FILIPE MONTEIRO

EMIGRAÇÃO

O ETERNO MITO DO RETORNO

Observatório da Emigração

EMIGRAÇÃO: O ETERNO MITO DO RETORNO

BIBLIOTECA DA EMIGRAÇÃO

Colecção coordenada por Rui Pena Pires

PAULO FILIPE MONTEIRO

EMIGRAÇÃO

O ETERNO MITO DO RETORNO

© Paulo Filipe Monteiro, 1993 e 2026

Paulo Filipe Monteiro
EMIGRAÇÃO: O ETERNO MITO DO RETORNO

Primeira edição por Celta Editora, Oeiras, 1993 (impressa)
Segunda edição por Observatório da Emigração, Lisboa, 2026 (digital)

DOI: 10.15847/CIESOMBE012026
ISBN: 978-989-584-439-5

Composição: Lina Cardoso
Capa: Ana Moreira

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor,
pelo autor e por Observatório da Emigração.



| 1. |

Agradeço aos Professores Adriano Duarte Rodrigues, Manuel Villaverde Cabral e Maria Beatriz Nizza da Silva os comentários feitos a uma primeira versão deste livro.

Índice

Índice de figuras viii

Prefácio à segunda edição..... xii

1 As ciências sociais e a emigração: que ponto de vista? 1

2 Os mitos do retorno 8

3 "Voltar? Só Deus e eu é que pode saber" 34

4 Outros casos que fazem repensar o mito do retorno..... 59

5 Sugestões metodológicas 72

Referências bibliográficas..... 78

Índice de figuras

1. Fotografia tirada emPortugal? Não, nos Estados Unidos. O desenraizamento dá lugar a novos enraizamentos. Regresso? "Se sair o loto, joguei no loto..." v

2. Seis irmãos da Lousã, cuja posterior trajectória, individual, levou a acentuadas diferenças socio-económicas. xi

3. Jovem luso-americano com a bandeira americana, num dia de festa, em frente à *Igreja Portuguesa*, em 1987. 7

4. Pormenor da comemoração do Dia de Portugal organizada por um banco italo-americano, em 1987. 7

5. Emigrados fazem uma equipa de futebol na fábrica Scovill, no início dos anos vinte. Cortesia do Mattatuck Museum. ... 15

6. Emigraram de Portugal, vivem em Danburry e têm, no clube *Sons of Portugal*, esta banda, aqui fotografada em 1931. Repare-se como, já naquela época, nem as roupas nem os instrumentos musicais (ou a máquina fotográfica que um deles empunha) coincidem com a imagem que geralmente se tem dos homens que emigraram dos campos portugueses. .. 15

7. Anos dez: fábrica de chapéus, em Danburry, onde ficavam empregados muitos dos que emigravam de Portugal. 33

8. Anos cinquenta: grupo de jovens luso-americanos, num clube luso-americano, a lerem o jornal luso-americano. 33

9. A caminho de um parque de diversões, no Connecticut, uma família faz-se fotografar, com passaporte. 58

10. Uma família que emigrou da Lousã festeja o Halloween em vez do Entrudo. 58

11. 1938: Pormenor da grande feira de Danbury, que já no início do século era muito frequentada por todos os emigrados. 71

12. 1868: Construção de uma casa, no Connecticut. 71

13. Procissão: a Imaculada Conceição nas ruas de Danbury, em 1987. 84

Time has been transmuted into gold. Is the process reversible?
GRACE ANDERSON (1974: 184)
La tâche du critique n'est pas de ressusciter un mort ou de reconstituer l'original avec ce qui en reste de fragments, mais de comprendre l'oeuvre en tant que ruine et ainsi, paradoxalment, de réveiller la beauté présente qu'elle a en tant que ruine.
CHARLES ROSEN (1978: 273)



| 2. |

Prefácio à segunda edição

AMINA
Porque é que é essa a "nossa" canção? Que língua é essa?
ALI
É a língua da tua mãe. Era a canção preferida dela.
AMINA
Eu falava essa língua?
ALI
O suficiente para compreenderes a canção.
AMINA
Nós não devíamos esquecer línguas. Só memórias.
ALI
Talvez esta seja uma língua da memória.
Tiago Rodrigues, *A Distância*, 2026, Lisboa, Tinta da China, pp.40-41

Ser ao mesmo tempo autor do livro e do prefácio pode poupar-nos aos elogios do costume. Mal feito fora se o próprio gastasse o tempo a autocelebrar-se. Foi um livro útil a investigadores e estudantes de sociologia e antropologia? Assim o entendeu o Observatório da Emigração, que decidiu reeditar o livro publicado há anos pela Celta Editora — e a ambos agradeço o gesto.

Melhor será que a inovação que eventualmente possa ter trazido em 1994 possa ser mantida com algumas ideias novas. O que ficou publicado, para o bem ou para o mal, está escrito e não foi alterado. Tendo-me, entretanto, dedicado às Ciências da Comunicação, gostaria de sugerir algumas pistas que podem talvez trazer outras leituras ao que está pensado

neste livro e mesmo lançar futuras linhas de pesquisa. Penso, concretamente, na teoria do *double bind* formulada por Gregory Bateson e a sua equipa em 1956. O *double bind* acontece nos processos comunicativos quando uma pessoa tem duas exigências contraditórias, de modo que, se atende uma, frustra a outra e não há solução possível nem por vezes a possibilidade de verbalizar o dilema (tanto mais que as exigências são muitas vezes subentendidas, não explícitas, o que intensifica a confusão do receptor). Por exemplo, quando o pai requer do filho uma coisa e a mãe outra. Ou quando a palavra diz amor e o corpo diz agressão. Ou quando um pai, um professor ou um parceiro exige que alguém expresse honestamente o que pensa, mas depois se zanga quando essa pessoa o diz. Há uma velha expressão portuguesa que tem a ver com isso: preso por ter cão e preso por não ter. Ora, a emigração gera, quase estruturalmente, tantas situações destas que eu julguei que iria encontrar muitos estudos aplicando a teoria batesioniana aos fenómenos emigratórios. Não os achei, o que promete um carácter inovador às futuras pesquisas.

Em complemento a esta ideia de *double bind*, podemos juntar as ideias do extraordinário psicanalista Donald Winnicott. Para ele, quando uma criança precisa de passar de um estado mais fusional para uma relação com o mundo exterior, recorre não apenas a objetos transicionais como à criação de um espaço potencial, um *terceiro espaço*, que faça a ponte entre as exigências do seu mundo interno e as do mundo externo. Esse terceiro espaço propicia fantasias, jogo, simbolização, criatividade e a possibilidade de gerar alguma segurança face às exigências do novo mundo que está a explorar. Esta abordagem permite que muito do que

está neste livro possa ser visto a uma nova luz. Numa carta dos anos 60 leio: "a menina do António ela está muito esperta eu falo para ela se ela é portuguesa ou baiana e ela responde que é marciana". Ou seja, está a elaborar um terceiro espaço. Toda a insistência no luso-americanismo como uma característica híbrida, bem como o investimento materializado em tantos terceiros espaços referidos no livro, como os clubes luso-americanos, as orquestras, as bandas, os ranchos, os desfiles, mostram a pertinência do conceito. Não exclui um dos pontos em que mais insisto, que muitos emigrados preferem simplesmente desaparecer na sociedade dos Estados Unidos, ou seja, preferem acabar com o *double bind* excluindo a filiação com a pátria ou mátria original. O livro tenta explicar que circunstâncias, profissões, geografias, épocas e interesses levam a que alguns se mantenham nessa complexa negociação entre vínculos contraditórios, usando operadores como a saudade, a memória, a comunidade, os Descobrimentos, e a mitologia do regresso em que o terceiro capítulo se centra. Mas creio que as teorias que agora sugeri permitirão compreender melhor aqueles que se mantêm num espaço de vida liminar ou híbrido, bipolar ou multipolar, difícil em termos sociais e psíquicos e também ele um campo de forças e violências — políticas, económicas e culturais. Uma negociação de espaços que é também uma articulação de diferentes tempos, que é preciso simbolizar e hierarquizar.

O livro fala sobretudo da emigração para os Estados Unidos mas, no capítulo quarto, já sugere que aquilo que me parecia tão visível nesse caso estava também a tornar-se notado por investigadores da emigração para a Europa e América do Sul, como muitos trabalhos posteriores vieram

a desenvolver. Espaço e tempo estão em permanente reconfiguração, tomando sempre novas qualidades: assim o pensamento os saiba acompanhar, sabendo que nem a mudança é já como soía.

Paulo Filipe Monteiro

Capítulo 1

As ciências sociais e a emigração: que ponto de vista?

Um vazio teórico e metodológico

A força do tema "emigração" e "comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo", a sua presença nos discursos quotidianos dos políticos, dos media e das nossas conversas ("as casas dos emigrantes"), tem sido a fraqueza do tema "emigração" enquanto discurso das ciências sociais. Porque a simplificação, a imprecisão, a sentimentalização ou a dramatização a que o tema se presta, e que tantas vezes são aumentadas ou simplesmente fabricadas por interesses económicos e políticos, têm sido transferidas para o campo das ciências sociais: como se fosse um fenómeno evidente, a precisar apenas de um enquadramento político e macroeconómico salpicado de exemplos aleatórios, sem uma descrição mais rigorosa e aprofundada do que a de uma pequena reportagem jornalística e sem outras explicações para além daquelas com que as autoridades políticas e económicas sucessivamente o têm naturalizado ou daquelas com que as metáforas esforçadamente "literárias" o têm convencionado.

Não cabe aqui fazer uma resenha exaustiva de quais têm sido as marcas fundamentais da abordagem portuguesa da emigração, embora ela pudesse ser muito útil para conhecer as ideologias com que as ciências sociais têm convivido.

Lembremos apenas que a emigração começou por ser discutida pelos intelectuais do século XIX nos quadros de uma "patologia social da nação", que em parte, como lembra Alves (1993: 78-9), eram "reflexo da disputa surda entre o Estado e a Família sobre a tutela do indivíduo"; e que essas análises, em meu entender, tomaram clara e acriticamente o ponto de vista do Estado, com uma abordagem macroscópica em que os emigrantes seriam apenas peões a contar no fluxo de gentes e de capitais. Esta abordagem da emigração como uma espécie de grande e vago jogo de xadrês é superficial e susceptível de incorporar todo o género de manipulações e interpretações acríticas, mas tem continuado desde o século XIX até tempos muito próximos. Com a agravante de, nesses discursos políticos, a emigração ser muitas vezes uma válvula de escape usada para preencher buracos cuja explicação seria de outro modo melindrosa e que assim, com este *mot valise*, fica aparentemente, mas só aparentemente, dada.

O vazio teórico e metodológico sobre o tema tem sido muito grande — no nosso país como aliás, em medida menor, no panorama mundial das ciências sociais. Por exemplo, como nota Robert Hettlage (1986: 166 e 183) em relação à investigação sociológica sobre os trabalhadores imigrados na Alemanha, mesmo após uma geração de pesquisas, ela encontra-se "muito frequentemente a reboque da abordagem política da questão", sem "inovação ou contacto directo com os problemas".

Apenas os estudos sobre as épocas mais remotas da emigração têm beneficiado do rigor e persistência da abordagem histórica: mas essa, por natureza, debruça-se preferencialmente sobre épocas em relação às quais as fontes são limitadas. Ao passo que os estudos das situações actuais, que

poderiam recorrer a métodos, técnicas e materiais variadíssimos, são quase sempre, salvo honrosas excepções, apressados e superficiais:[1] limitam-se a procurar as situações mais folclóricas e a recolher algumas afirmações desgarradas, feitas pelos mais vísiveis dos emigrantes (o que apenas permitiria discutir as *retóricas* dominantes sobre a emigração), sem se preocuparem com o que mesmo esses emigrantes realmente *fazem*; e misturam essas declarações com algumas explicações correntes que aparecem como naturais e afinal são importadas dos discursos políticos. Têm, assim, vivido entre a ingenuidade e os interesses das elites políticas.

Para se ver como tem sido gritante esta falta de teorização nos estudos sobre emigração, basta pensar que, até para a contagem do número de emigrados ou de elementos das "comunidades portuguesas" residentes no estrangeiro, se depende de números que são muito pouco objectivos: como não há critérios definidos para contar os que se considera descendentes de portugueses residindo noutros países, e como as situações de fixação no país de destino ou de reforma nele, ou de regresso definitivo ao país de origem e respectiva reforma, não são claramente contabilizáveis, esses números são frequente e conscientemente manipulados (Monteiro, 1987: 811-2).

Acresce que a possibilidade de escapar e criticar esta manipulação política do fenómeno, tentando uma maior proximidade ao discurso dos próprios emigrantes, não pode ser facilmente feita, e seguramente não pode ser apressadamente feita, porque, como veremos, eles mesmos, e sobretudo os

1 Rodrigues e Rocha-Trindade (1981: 92), argumentam no mesmo sentido.

mais visíveis de entre eles, tendem muitas vezes a entrar na lógica desses discursos. E é muito rara a literatura própria desses emigrantes, que possa pelo menos sugerir leituras diferentes das interpretações que correm.

Acontece que, como veremos, a profundidade dos estudos históricos mais recentes tem vindo a alterar as nossas referências da emigração, mostrando, por baixo dos mantos das teses oitocentistas, uma realidade surpreendente. Ao mesmo tempo, as transformações na ordem internacional têm modificado substancialmente o contexto da emigração, tornando ainda mais "problemático *qualificar*, hoje, os fluxos emigratórios dos portugueses"; como sintetiza Peixoto, (1993: 280-1), nos anos 80 dá-se um "recrudescimento das saídas emigratórias, cujas características — demográficas, sociais e económicas — são ainda parcialmente ignoradas": "os projectos de regresso parecem ter sido adiados; as expectativas de mobilidade social são diferentes; há uma maior diversidade de idades e de posições no ciclo de vida"; e há um "alargamento dos espaços territoriais de referência", com diluição das fronteiras.

Daqui resulta começar a haver actualmente uma consciência das carências nos estudos sobre a emigração portuguesa, e a denúncia de que se tem construído dela, para usar a expressão de Ioannis Baganha (1991), uma "imagem desfocada"; e assim principia a fazer-se uma reflexão sobre as fontes e métodos destes estudos. O presente texto procura apenas inserir-se nesta reavaliação crítica: não uma crítica em relação a este ou aquele autor de que nos pudessemos distanciar, antes enquanto esforço que cada um de nós tem de fazer para repensar todo o trabalho, a começar pelo seu próprio.

Colocar-se do ponto de vista do emigrante

O essencial, a meu ver, é realizar um corte semelhante àquele que os estudos camponeses fizeram quando se procuraram afastar da ligação aos processos de decisão política (Cabral, 1981: 138) e procuraram tomar, segundo a expressão de Gavin Williams, *the part of the peasant*, isto é, procuraram compreender os mecanismos internos de funcionamento da sociedade camponesa: como escreveu Villaverde Cabral, "não tanto 'pôr-se ao lado do camponês', mas sobretudo colocar-se *do seu ponto de vista* ...".

Quando se toma esse ponto de vista, quando se faz trabalho de campo e sobretudo se *viaja* com esses emigrantes, fica-se, é certo, a braços com um difícil material, muito diversificado e contraditório. Diversificado, porque nem todos os emigrantes seguem as mesmas estratégias nas sociedades onde se instalam, podendo uns procurar integrar-se nelas apagando quaisquer vestígios da sua origem, e outros optarem por, em certas circunstâncias, mais ou menos frequentes, utilizarem a sua "etnicidade" — e isto como forma, ou de conseguirem essa integração, ou de fugirem a ela (Monteiro, 1987). Contraditório, porque a situação de cada emigrado tem quase sempre de ser vista no contexto da respectiva família, e também porque mesmo para cada emigrado, nestas situações são especialmente profundas as dissonâncias entre aquilo que se diz e aquilo que se faz, e ainda porque a situação de estar emigrado é uma situação ambivalente, de estar entre dois Estados e duas culturas, com tudo o que isso cria de possibilidades de escapar ao controlo de qualquer das partes mas, também, de possibilidades de desinserção, não se pertencendo nem a uma parte nem à outra. Mais

ainda: muitas vezes esta ambivalência é ainda mais complexa pelo facto de não se limitar a uma situação *dipolar* (Rocha-Trindade, 1973 e 1976), mas sim a um investimento económico e simbólico em vários espaços (por exemplo: Portugal ou uma região dele, e a sociedade americana, e os luso-americanos, e outro grupo étnico dentro da sociedade americana), como as recentes teorias dos "espaços de vida" (Peixoto, 1993: 280 e 292) parecem querer admitir e aqui se pretenderá exemplificar.

Uma vez que a identidade é um processo que resulta de uma relação com o outro, e muitas vezes de uma identificação com o outro, e como não depende apenas da forma como eu me pretendo afirmar mas também da reacção do outro a essa afirmação, temos de estar abertos a admitir e a estudar a complexidade em que vivem os que se relacionam com vários outros e com as suas reacções — por exemplo, o emigrado pode querer assumir-se como americano, mas não conseguir ser imediata nem totalmente aceite como tal, e isso levá-lo a procurar uma certa identificação com outros emigrados portugueses, etc. (Becker, 1982: 11).



| 3. |



| 4. |

Capítulo 2

Os mitos do retorno

O regresso enquanto mito

Proponho-me neste texto discutir um dos pontos que me parecem mais críticos, e por isso mais produtivos, nesta necessária reavaliação dos estudos sobre emigração: a questão do regresso. A ideia de emigração tem subjacente a ideia de um retorno, e nisso se distingue da ideia de êxodo: emigrante não é apenas aquele que parte para outro país, é aquele que de alguma forma se mantém ligado ao país de origem. O retorno é um dos pressupostos dados como naturais, ainda que não se conheçam com rigor os dados sobre a percentagem dos que regressam, ou mesmo que esses dados indiquem que a maioria não regressa.

É tempo de questionar esse pressuposto. Como escreve Eduardo Lourenço (1978: 135), a emigração moderna "é um fenómeno complexo que põe em causa, a diversos níveis, de maneira indirecta, a imagem de nós mesmos mas por isso deve ser apreendida na sua *verdade*, de maneira adulta e não servir de pretexto, como serve a muita gente, a fantasmas colectivos, uns positivos outros negativos, que têm pouco a ver com ela e tudo com a boa ou má consciência com que aqueles que não emigraram a utilizam. E dessa verdade faz parte integrante esta evidência imensamente triste e imensamente justa: milhares e milhares dos nossos compatriotas

— e em particular os seus filhos — são *felizes* lá fora, ou pelo menos, já tão inseridos na trama dos povos que os acolheram que a ideia mítica do regresso a Portugal só a isso se resume".

Os dados aí estão a apontar que a ideia do regresso é uma categoria que quase sempre está presente no imaginário ou na retórica tanto dos que ficaram como dos que saíram de Portugal, mas que em muitos (talvez na maioria) dos casos, antigos e recentes, esse regresso *não se concretiza*. Como veremos no caso que estudei e naqueles que, a seguir a ele, resumidamente apresentarei.

Esperar, como algo de natural, o regresso do emigrante é aliás contraditório com o facto de se encarar essa emigração como igualmente natural: se se compreende que ele parta, como não se há-de compreender que ele lá fique? Ainda se se mantivesse aquela efémera ideia, presente em alguns dos primeiros estudos sobre emigração, de que ela seria o exclusivo resultado da propaganda enganadora dos engajadores, sempre faria sentido esperar que, uma vez confrontado com o logro a que fora arrastado, o emigrante regressasse necessariamente ao ponto de origem. Mas quando se compreende que ele parta porque lá encontra melhores condições de vida, como não compreender, ou pelo menos admitir, que ele lá fique, onde tem essas melhores condições? Mais ainda: se, como procurei mostrar em 1985 (Monteiro, 1985: 112 e 122), muitas vezes o emigrante poderia sobreviver em Portugal e mesmo assim escolhe partir para o estrangeiro, como não admitir que ele prefira lá ficar?

O mito enquanto mistificação das elites portuguesas

Por que razão o mito do retorno do emigrante se tem então reproduzido (e adaptado) com uma grande constância? Teria tanto de necessário como de apaixonante fazer um estudo aprofundado de quais os discursos, interesses e políticas que o alimentaram, antes e depois do 25 de Abril. Enquanto esse estudo não está feito, podemos apenas arriscar-nos a afirmar que a principal força alimentadora desse mito foram as elites dominantes no Estado português: porque, como escreveu Miriam Halpern Pereira (1971: 56), "o mito do retorno, que teve consequências demográficas reduzidas, desempenhou uma função financeira decisiva". Necessitando da exportação de mão de obra e da importação de divisas, o Estado precisou que os emigrantes, ainda que não voltassem, sentissem suficientemente Portugal como país de pertença a ponto de para ele enviarem as suas poupanças; o que nos remete para o referido paradoxo de encarar as saídas como um fenómeno natural, mas apresentar como traição inexplicável o não regresso à pátria.

Para sustentar este paradoxo, as elites portuguesas dominantes recorreram a políticas de emigração visando defender os interesses dos meios mercantis e financeiros — que tinham mais peso do que os proprietários de terras, para quem a emigração significava uma "sangria", como muitos escreveram. Desses interesses e políticas poucos falaram abertamente: mas Afonso Costa, num texto de 1913 ("O problema da emigração", *cit. in* Villaverde Cabral, 1979: 419-420), enuncia-os com rara crueza quando escreve: "não é o fenómeno em si que é mau; antes, de dentro da desgraça colectiva

que a fez multiplicar, a emigração tem ainda virtude para trazer ao organismo nacional o alento das remessas de ouro do Brasil"; mas para isso é necessário proibir, ou dificultar, a partida de famílias inteiras, porque "é quando a família do emigrante fica na pátria que ele envia mais regularmente as suas economias".

Miriam Halpern Pereira (1981: 55-6) mostrou que houve "uma filtragem da emigração, que determinava a sua composição predominantemente masculina e jovem", por ser "a dispersão familiar que constituia a garantia do envio de remessas de dinheiro dos emigrantes para as famílias, residentes em Portugal, remessas que se haviam transformado num dos alicerces da politica económica e financeira portuguesa". Explorando esta hipótese, e estudando as políticas portuguesas de emigração entre 1870 e 1930, Maria Ioannis Baganha confirma: era por precisarem de uma saída maciça de homens como válvula de escape para o desemprego nacional (que de outra forma constituiria uma séria ameaça ao tecido social e à autoridade instituída) e, simultaneamente, dependerem das remessas dos emigrantes para o equilíbrio das finanças nacionais que as elites portuguesas estabeleciam leis a restringir e seleccionar os emigrantes (por exemplo, dificultavam a saída de mulheres e de jovens), de forma a garantirem a dispersão familiar, logo a ligação dos que estavam fora aos que cá tinham que ficar, logo o envio de divisas. "As suas leis anti-emigração não faziam parte de uma fracassada política contra as saídas, antes eram parte de uma real solução para os seus problemas". "O objectivo principal da política portuguesa da emigração parece ter sido, não o estancamento do fluxo emigratório mas a selecção do elemento emigrante e a promoção da dispersão familiar entre

a população emigrante necessária à manutenção de um fluxo regular de remessas". Esta política parece ter sido, neste período, eficaz, como muita literatura sugere (Baganha, 1988: 440).

Valeria, ainda assim, estudá-la mais desenvolvidamente, bem como as formas como era implementada junto dos que estavam emigrados. Por exemplo, Nizza da Silva (1992: 68) diz que os ideólogos das várias Câmaras Portuguesas de Comércio faziam "a apologia da actividade mercantil como a única que mantinha os elos firmes com a mãe pátria". Um artigo publicado em S. Paulo em 1916 (*cit. in* Silva 1992: 68-9), afirmava: "Inquestionavelmente, o que mais convém a Portugal é: 1º — que o emigrante português consuma no Brasil produtos portugueses; 2º — que volte à sua pátria e lhe dê, também, seus filhos; 3º — que mande dinheiro para Portugal".

A partir de 1930, porém, razões externas tenderam a contrariar esta situação: no Brasil de Getúlio Vargas promulgaram-se leis restritivas à emigração até aí tão abundante; nos Estados Unidos, em depressão, fecharam-se as fronteiras a novos emigrantes, e apenas passou a ser possível a entrada de familiares chegados, o que promoveu a reunificação familiar e uma mais evidente fixação dos emigrantes e seus descen-dentes nos países de destino. Muitos que tinham emigrado solteiros sabiam que a vinda a Portugal poderia significar que não voltariam a entrar nos países onde estavam a desenvolver as suas estratégias emigratórias, e tendiam a adiar sucessivamente o regresso a Portugal; desses, como se verá nos casos que vou apresentar, foram numerosos os que casaram nos países de destino e que se instalaram mais definitivamente lá fora. Surgiu então a necessidade de elaborar políticas de enquadramento que realimentassem

esse tão produtivo mito do retorno. Foi assim que, em 1964, se realizou o 1º congresso das "Comunidades Portuguesas"; que em 1965 se criou um serviço nacional de emprego com o fim de organizar o recrutamento, colocação e regresso dos trabalhadores migrantes; que em 1970 se criou o Secretariado Nacional de Emigração. Arriscar-me-ia a dizer que esta política foi basicamente mantida depois do 25 de Abril, apenas com ligeiras alterações e com significativos desenvolvimentos: veja-se como, em 1976, a Secretária de Estado afirmava que "a nossa política de emigração consistirá em assistir as comunidades portuguesas já estabelecidas no estrangeiro para lhes proporcionar apoio e assegurar os seus laços estreitos com Portugal" (*cit. in* Rocha-Trindade, 1979: 223). Novos elementos desta política foram: reconhecimento, em 1981-82, dos direitos de dupla nacionalidade; direito ao voto dos emigrantes em certas eleições portuguesas; atribuição de privilégios especiais aos que regressam; visitas de membros dos governos central e das regiões autónomas a grupos de emigrados; atribuição de medalhas e títulos como forma de estreitar relações com os líderes desses grupos; promoção das comemorações do Dia de Portugal e de Camões, também dito, antes do 25 de Abril, Dia da Raça e, depois dele, Dia das Comunidades Portuguesas; criação, em 1980, do Conselho das Comunidades Portuguesas; promoção de geminações entre cidades portuguesas e estrangeiras; apoio aos *media*, incluindo radio e televisão, que possam alimentar as referências portuguesas dos emigrados.

Quando a mistificação realimenta o mito

Que efeitos irá ter esta continuada política? À partida, pode esperar-se que os emigrados se interessem apenas pelo rendimento das suas poupanças, quando cá as tenham, e sejam muito indiferentes a todos os aspectos políticos e ideológicos do país que deixaram; uma das vantagens da ambígua situação de um emigrado é conseguir escapar aos controlos dos dois Estados entre os quais se move. De facto, durante quase todo o período salazarista, não consta que tenha havido grandes movimentações políticas (Rogers, 1974: 52), excepto por parte dos exilados políticos.

No entanto, toda esta orientação seguida a partir dos anos sessenta conduziu, como procurei mostrar no meu trabalho de 1987, a visíveis movimentações, por parte dos emigrados, em torno do lema das comunidades portuguesas. Isto deveu-se, pelo menos no caso que estudei e no caso de Queriga estudado por Rocha-Trindade, ao efeito catalizador de uma intensa actividade da Igreja (que criou mesmo a figura do "Arcebispo dos Emigrantes", que visita com frequência as "comunidades portuguesas"); mas deveu-se também ao facto de, exactamente na mesma época, se ter verificado uma viragem na política dos Estados de acolhimento. Nos Estados Unidos, em vez de se procurar a assimilação individual dos emigrantes, passou a aceitar-se e até a defender-se a existência de comunidades étnicas como elementos inevitáveis e mesmo bemvindos na construção de uma nação pluricultural; na Europa, a progressiva abertura de fronteiras e o ideal de uma unidade política, apesar de restrições, conjunturais mas severas, à permanência de certos trabalhadores estrangeiros, trouxe inevitavelmente um novo estatuto aos



| 5. |



| 6. |

trabalhadores oriundos de outros países da mesma Comunidade Europeia. Foi assim que, nos Estados Unidos, onde os portugueses sempre tinham constituído, para usar a expressão da socióloga Estellie Smith, uma "minoria invisível", um "caso da etnia em desaparecimento", como forma de atingirem a integração e a mobilidade na sociedade americana, se registaram a partir de 1970, e com os mesmos objectivos, alguns movimentos estratégicos de afirmação de uma identidade étnica e de aproveitamento das vantagens a ela inerentes (como subsídios e outras regalias); assim como nessa época se assistiu em França, segundo a expressão de Lacerda e Cordeiro, à "emergência de uma comunidade". Uma análise pormenorizada mostra que esses movimentos envolveram apenas parte dos emigrados (nomeadamente os de emigração mais recente), se alicerçaram parcialmente em novas associações e parcialmente (com alguns conflitos) em associações já existentes, criaram pequenos corpos de funcionários biculturais, e têm tido mais sucesso a nível local do que na constituição de unidades associativas maiores.

A ideologia das "comunidades portugueses espalhadas pelo mundo"

Aquilo que me parece mais importante discutir no presente contexto é a ideologia associada a toda esta nova política: para que não surjam como naturais e tradicionais elementos que resultam de uma estratégia recente, nem tão pouco se tomem como decorativas as construções culturais que tantas vezes são esteios importantes das ofensivas políticas e administrativas. Aquilo a que se assiste é a uma ousada

elaboração em que "a dimensão nacional e patriótica da Emigração, devidamente engrandecida, aparece como a continuação lógica, heróica e vibrante de uma outra Epopeia, a dos Descobrimentos" (Almeida e Barreto, 1976: 169). Mesmo se, em vez de comparar a coragem da emigração e das navegações, numa dimensão heróica, se sublinhar o carácter de necessidade de todas estas saídas do país, incluindo as dos descobridores, temos na mesma uma acção constante, embora de conotação mais realista ou de lenta tragédia. Como notou Eduardo Lourenço (1978: 128 e 133), estamos a "centrar a visão do nosso passado, matriz de que precisamos para iluminar um presente diminuído e inquieto, não em volta da imagem do *português-colonizador* que durante quinhentos anos nos serviu de referência e viático épico e moral, mas do português-emigrante, sua versão moderna e aceitável". Ora, "aventura de pobre é sempre a dos que buscam em longes terras o que em casa lhes falta. Contudo não se ganha nada, a não ser contribuir para novos mitos, pouco inocentes tanto sob o plano cultural como político, em unir ou assimilar o que a História separou e continua separado".

A utilização do tema dos Descobrimentos abre, como nenhum outro, as possibilidades de reinvenção tanto na dimensão do espaço como na do tempo. Do espaço, porque, precisamente, a dispersão dos portugueses pelos cantos do mundo seria uma tradição enraizadamente nacional, justificando assim que as comunidades políticas possam, hoje como no passado, estar espacialmente dispersas, e existirem como "nações desterritorializadas", identificadas com a população e não com o território. Reinvenção do tempo, porque as longas e tradicionais separações dos portugueses

em relação a parte dos seus familiares exigiriam ser pensadas dentro de um quadro temporal alargado, em que a "portugalidade" sobreviveria não só em lugares como em gerações muito afastadas da origem.

Feldman-Bianco (1992: 146 e 148), partindo do conceito de "invenção da tradição" formulado por Hobsbawm,[1] nota que também a figura da *saudade* tem sido retrabalhada "como a essência do carácter nacional português e como base da comunidade política imaginada". Como dizia em 1984 um deputado português ao Congresso das Comunidades, os emigrantes "querem 'saudade' — coisas que lhes lembrem a terra. Eles constroem um lar com ambiente português, eles têm folclore, dança e comem comida portuguesa. Eles tentam ter o espírito de Portugal". Convém insistir que os estudos históricos e de campo não confirmam a evidência desse carácter "saudoso" entre os emigrantes nem a manutenção de uma comunidade política com Portugal. Feldman-Bianco (1992: 162-163) avança dois episódios significativos. Logo em 1926, por iniciativa dos emigrados portugueses em New Bedford, foi inaugurado um monumento a um "luso-americano" que tinha sido "o primeiro soldado americano a morrer na guerra"; já nessa altura se promovia a "memória histórica dos luso-americanos como 'verdadeiros americanos'", e o cônsul português reagia assim, num relatório do mesmo ano: "com toda a minha energia, reclamei-o para Portugal. (...) [Mas] Para os membros do comité e para muitos outros

1 *Cf.* os conceitos de "auto-reflexão" e "auto-tematização" que Niklas Luhmann (1982: 239) apresenta como reforços da "identidade do sistema de forma a poder sobreviver a opções e inovações inesperadas através da reconstrução da sua *história passada* como uma série consistente de intenções e de acções".

homens da nossa raça presentes nessa grande cerimónia, ele não era nem americano nem um português de Portugal. Era um português de New Bedford". E, em 1931, um jornal de New Bedford relata, indignado, que a "Associação Cívica Luso-Americana" decidiu "que a bandeira portuguesa nunca devia aparecer no seu clube".

No caso que estudei nos Estados Unidos (Monteiro, 1987 e 1993), impressionou-me o facto de, contrariamente à imagem que geralmente fazemos dos emigrantes, já segundo os documentos dos anos trinta[2] os emigrados portugueses apresentarem uma forte integração na sociedade americana: "comem comida americana vulgar", "dançam ao som de músicas americanas modernas, muito raramente cantando as suas velhas baladas portuguesas", investem muito nas suas casas e respectivos equipamentos, trazem os filhos nas escolas americanas, participam activamente na vida sindical, fazem as festas e os enterros segundo os ritos americanos, muitos trocam a nacionalidade portuguesa pela americana. E é apenas a partir dos anos 60, quando a passagem das gerações ainda aprofundou mais o enraizamento dos emigrantes e seus descendentes na sociedade americana, que o referido interesse político, português e americano, nas

2 Refiro-me sobretudo aos pequenos relatórios escritos em 1939 por Joseph Youngs sobre os imigrantes de origem portuguesa que viviam em New Haven, em Naugutuck e em Danbury, a cidade onde se encontrava, e ainda encontra, a maioria dos emigrantes que, vindos da Lousã, eu estava a procurar estudar. Estes relatórios inseriam-se num estudo generalizado dos grupos étnicos com o objectivo de promover a americanização dos imigrantes e, sobretudo, de centralizar informações para os numerosos projectos estatais que visavam compensar os terríveis efeitos sociais da depressão dos anos trinta.

"comunidades portuguesas", vai provocar uma "folclorização da cultura de origem" (Rodrigues, 1979: 47-8), em que se abandona a banda e se cria um rancho, nas festas se substituem os *hot-dogs* e *hamburguers* por comidas portuguesas, se fazem "almoços comunitários" e paradas com carros alegóricos às aparições de Fátima e a motivos etnográficos portugueses.

Estes elementos folclóricos são activados independentemente de antes ter havido algum contacto com eles: para os nascidos nos EUA, trata-se mais literalmente de uma "invenção da tradição". Como prossegue Feldman-Bianco (1992: 160, 167, 169), "o passado não é, pois, uma questão de memórias evanescentes e de sentimento supérfluo", é uma "construção cultural pragmática", feita porque "segmentos das classes mais altas de imigrantes e de luso-americanos têm interesses adquiridos no actual processo de reinvenção da tradição"; "se estes passados recordados e reinventados têm servido como alicerces contra o desenraizamento da migração, nos Estados Unidos eles têm-se também tornado a moeda de troca nas políticas étnicas".[3] Como me dizia, entre aflito, saturado e céptico, um dos líderes dos movimentos luso-americanos da região que estudei, chamado a discursar na festa do Dia de Portugal: "o que é que eu vou dizer amanhã? De que é que eu hei-de falar? Hei-de estar sempre a falar dos Descobrimentos? O que é que a gente há-de dizer sobre Portugal? Sabe, eu já cá estou há muito ano, isto de Portugal já me diz pouco".

3 Muitas vezes, porém, no trabalho de Feldman-Bianco, a *saudade* parece surgir mais como característica natural e tradicional do que como estratégica reinvenção: no que é mais um exemplo da necessidade de discussão teórica neste campo de estudos.

A *articulação dos tempos*

O facto de encontrarmos, nesta contínua reelaboração do mito, os interesses e estratégias das elites políticas e religiosas, não deve, outrossim, impedir que se estudem os respectivos efeitos, pois que ficaram a marcar uma nova etapa das formas de vida de muitos emigrados nascidos em Portugal ou com ascendência portuguesa e podem constituir elementos importantes de uma complexa construção da identidade. Ignorar estes elementos, quando eles existem, seria outra forma de afastar as ciências sociais das realidades emigratórias que é necessário compreender.

A este respeito, creio que valeria a pena trabalhar, para o caso dos emigrados, a proposta de Gurvitch, segundo o qual "a vida social tem lugar dentro de tempos que são *múltiplos*, sempre *divergentes*, frequentemente *contraditórios*, e cuja relativa unificação, muitas vezes associada a uma precária hierarquização, representa um problema" e um "requisito essencial para a existência de qualquer sociedade".

Seguindo esta proposta do ponto de vista da percepção do tempo, Pina-Cabral (1988: 715-735) foi estudar a forma como a sociedade camponesa minhota tenta unificar a pluralidade dos seus tempos sociais, operando com o *agora* ("a gente"), o *antes* ("os velhos"), e o *antigamente* ("os antigos"). Para controlar a irreversibilidade e a imprevisibilidade do tempo, que são psicologicamente muito desconfortáveis, "para contrariar o seu carácter potencialmente destruidor, para reforçar uma forte adesão à comunidade, a sociedade camponesa recorre a um conjunto de rituais que se baseiam numa visão diferente do tempo — um tempo repetitivo onde o passado e o presente são constantemente renovados um

com o outro". Mas "a visão do tempo como uma duração estática, uma condição social completamente controlada pelo repetido regresso às origens da ordem social, aplica-se melhor à avaliação minhota do 'tempo passado' (*antes*) e especialmente do *antigamente*. No 'tempo presente' é demasiado visível a incapacidade de cumprir com a regra da comunidade. O envolvimento das pessoas no seu presente e suas lutas enfraquece o poder de mediação destes rituais de comunidade — isto é, o seu poder de contrariar a percepção que as pessoas inevitavelmente têm da vida presente como uma vida de erro e conflito". "Esta nova atitude é interpretada localmente nos termos da velha oposição entre 'tempo presente' e 'tempo passado'": "'o tempo passado' é idealizado como uma condição na qual a comunidade conseguia melhor capturar e manter sob controlo os efeitos carregados de conflitos produzidos pelo tempo irreversível". Resumindo, "na sua classificação quotidiana do tempo social, os habitantes locais estão a misturar considerações genealógicas e da casa com as que se referem a mudanças nas condições socio-económicas. O resultado é uma forma mais sintética de classificar o tempo, que tem uma mais completa significação existencial e prática mas cuja eficácia se baseia na sua imprecisão cronológica".

Um estudo aprofundado de como os emigrados tentam unificar e hierarquizar os vários tempos sociais teria de ir ver como os elementos portugueses (vividos ou meramente inventados, conforme se tenha ou não vivido em Portugal, e supostamente unos, o que seria ainda necessário discutir) são articulados com os elementos e tempos da sociedade de destino, por exemplo da sociedade americana e, o que me parece decisivo, com elementos próprios da experiência e

tradição local dos emigrados, neste caso dos luso-americanos: porque, como procurei mostrar no trabalho de 1987, é um erro ou uma mistificação considerar os luso-americanos como portugueses, uma vez que os emigrados mais visíveis formaram há muito uma "raça própria", híbrida, com as suas instituições luso-americanas já de setenta e mais anos, que conta com o seu passado próprio (falam dos "antigos" e do "antigamente" quando se referem às primeiras décadas da emigração). É frequente diversos emigrados afirmarem que "o meu pai/avô foi o primeiro português a chegar aqui, o primeiro imigrante aqui na zona"; e esta raça híbrida até já conta com os seus antepassados míticos distintos dos antepassados portugueses (como Pedro Francisco, nascido em Portugal mas criado por uma família Yankee — *cf*. Pap, 1964: 405 — herói das guerras de independência americanas, com direito a cultos cívicos e até a selos do correio americano).

As ciências sociais e o regresso

Aquilo que, insisto, não me parece aceitável é que as ciências sociais, em vez de estudarem estas sínteses complexas, se contentem com reproduzir mitos do retorno mais ou menos sentimentais e esforçadamente "literários", não se demarcando de metáforas gerais como esta, sugestiva, de Onésimo Teotónimo de Almeida (1987: 250): "o mundo que fisicamente ficou vai com o emigrante. É parte dele, do seu mundo, embora fisicamente não exista mais no dia-a-dia dele. E daí o drama. É como um membro amputado que (dizem aqueles que o experimentaram) se fica com a impressão de que ele lá está, sente-se-o, mas ele de facto não está. Fica-lhe a

imagem, o vazio, a falta. É por isso que o emigrante tenta reproduzir no lugar onde passa a viver tudo aquilo que pode do mundo que deixou".

Aquilo em que insisto é que o mito que assim se reproduz e reelabora não resulta inocente, porque, embora possa corresponder à experiência contraditória de certos emigrados, parte também de uma tentativa política de certos grupos em Portugal, o criador real ou imaginado dessas "comunidades", para manter o ascendente sobre as "suas" criaturas: como em todos os mitos do paraíso perdido, fala-se então de um divórcio entre o céu, onde os criadores estão, e a terra de destino, como lugar de exílio, onde mais ou menos provisoriamente se encontram as criaturas. Trata-se, então, não só de um mito, como de uma mistificação. E, no limite, inaceitável, dir-se-ia que as ciências sociais podem, querendo ou não, funcionar como modernos engajadores que distorcem sistematicamente a informação: não já, como na emigração oitocentista, para que os emigrantes partam, mas para que fiquem ligados a Portugal. Engajadores com peso tão relativo, é claro, como a propaganda dos engajadores oitocentistas o tinha face às informações veiculadas pelas cartas e regressos dos emigrados (Leite, 1993).

O ponto de vista de que o emigrado é marcado sobretudo por uma ligação ao país de origem (bem como a ideia do regresso que assim se perfila no horizonte) é o ponto de vista dos países de acolhimento, que o vêm sobretudo pela diferença étnica, é o da elite portuguesa a quem interesse essa ligação, e tem sido o dos etnógrafos, por profissão: ou seja, de quase todos, *excepto o dos emigrantes*. O que têm feito os estudos sobre emigração, tantas vezes etnográficos, étnicos ou políticos, é manter esse ponto de vista. Mesmo quando

admitem que o regresso é cronicamente adiado, têm declarado solene e abstractamente que "o abandono de Portugal nunca é radical", que o emigrante só opta por outra nacionalidade quando a isso é "forçado", que "o Português tem manifestado em geral uma forte ligação sentimental a uma terra que frequentemente lhe foi madrasta, mesmo que a intenção de regressar definitivamente não venha, em muitos casos, a efectivar-se" — as afirmações deste género podiam encontrar-se em quase todos os nossos textos sobre emigração. Em vez disto, seria necessário tomar o ponto de vista dos emigrados, que bem diverge deste. Bastaria o facto de ser tão esmagador o número dos que nunca regressam para já dever ter sido discutido, enquanto mito, o mito do retorno.

Que alternativas teóricas proponho então?

(a) Em primeiro lugar, logo na partida, há que esbater a diferença enre as ideias de emigração e de êxodo, porque, ainda que a ideia à partida seja regressar, não é ela que continua a determinar as decisões alguns anos mais tarde. A condição de *emigrante* dura o breve tempo da partida; à chegada, logo se passa à condição de *emigrado*, particípio que bem indica uma participação numa nova condição, noutro país. Por outras palavras, à ideia de emigração deve deixar de estar subjacente, com carácter de necessidade, a ideia de um regresso, de um voltar. Para sermos rigorosos, não deveríamos falar sempre do *abandono* de um sítio A a favor de um sítio B, a partir do qual muitas estratégias se poderão desenvolver, uma das quais será, de facto, mas não necessariamente, o retorno ao

sítio A? No caso que estudei na serra da Lousã, as estratégias desenvolvidas no lugar B não levaram ao regresso ao lugar A, e ele não se reproduz e morre. É decerto um caso extremo, mas nem por isso aberrante. Como argumenta Anthony Giddens (1981), é tão estranho que uma sociedade se reproduza como que ela não se reproduza; a reprodução social deve ser compreendida como uma realidade contingente que precisa de explicação e não como um processo automaticamente garantido. E, nos casos em que existe reprodução, não esqueçamos que nunca é a mesma sociedade que se reproduz, mas apenas uma parte dela, e em circunstâncias diferentes.

(b) Segunda noção a pensar: quando se fala da situação dos emigrados, supõe-se que a sua ligação primordial é com o país de origem. Os antropólogos insistiram em muitos contextos numa ligação à terra natal: Lévy-Bruhl (cit. *in* Isaacs, 1975: 44-45) refere uma crença primitiva em que deixar o lugar significa morrer, ilustrada por um ritual africano em que aquele que se desloca carrega e come todos os dias um pouco da terra do seu lugar de origem. É fácil reactivar esta ideia supondo um emigrante que parte camponês da sua terra, de onde se julga que antes pouco ou nada tinha saído, e cujo grande desejo continua a ser voltar a ela; ainda que em quase todo o campesinato português haja, desde há décadas, um movimento maciço de saída pelo menos parcial da agricultura, há, como notou Manuel Villaverde Cabral (1981: 137), toda uma ideologia neo-folclórica que vai glorificando — e "frigorificando" — "o mundo rural nas suas alegadas tradições". Como reforça Boaventura Sousa Santos (1981:

562), "porque o camponês foi sempre o outro, a diferença do que somos enquanto técnicos e cientistas sociais urbanos, é recorrente o risco da mitificação e da mistificação da vida do camponês". E por estes caminhos tendemos a ignorar ou recalcar os factos de muitos camponeses terem já experiência de mobilidade, de muitos dos emigrantes não serem camponeses, e sobretudo de que, como me dizia no Connecticut um entrevistado idoso, "as saudades só duram uns meses, depois esquecem-se". Outra entrevistada afirmava-me: "eu dou-me bem em qualquer lado. Desde que me estimem eu dou-me em qualquer lado". Para os protagonistas da emigração, e ao contrário do que as nossas análises macroscópicas possam supôr, a deslocação geográfica, de uma terra para outra, parece menos importante do que a mudança no modo e condições de vida e na rede de relações que se vai encontrar e construir: "desde que me estime...". Um emigrante entrevistado no vídeo *Saudade*, de Feldman-Bianco, afirmava: "tenho saudades da família. Não é saudades da terra, as terras são todas iguais".

Nos estudos feitos na América sobre grupos étnicos, este pressuposto de ligação ao lugar geográfico de origem, embora não seja tão forte, é também importante, porque o que faz a diferença do grupo étnico parece ser a manutenção de certas características estrangeiras. Ou seja, nós, portugueses, enviesamos a análise por um excessivo interesse pelo que é supostamente nosso; os investigadores americanos enviesam-na por um excessivo interesse pelo que é curiosa ou perigosamente estranho. Em qualquer dos casos, apenas se fica pelo lado *português* do problema. Como, noutro contexto, notava Eduardo Lourenço (1978: 20), "as 'Histórias de Portugal', todas, se exceptuarmos o limitado mas radical e

grandioso trabalho de Herculano, são modelos de 'robinsonadas': contam as aventuras celestes de um herói isolado num universo previamente deserto. Tudo se passa como se não tivessemos interlocutor".

Se as próprias sociedades camponesas, como bem definiram Kroeber e Redfield (1973: II-20), são *part-societies with part-cultures*, em que a relação com o exterior é um elemento constitutivo e fundamental, e se a emigração significa uma intensificação dessa relação com o exterior, não será de fazer do contacto com os elementos americanos um campo de estudo pelo menos tão importante como o contacto com os elementos portugueses? Pelo menos do ponto de vista da minha investigação, o que faz a diferença dos emigrados é o facto de estarem inseridos na América, não isolados mas em interacção com ela, e é como tal que se torna mais interessante abordá-los. No fundo, o erro está em pensar que se está agarrado a um lugar em termos de terra geográfica, quando aquilo a que se está ligado é sobretudo uma rede de pessoas. Ou seja, a minha terra é onde estão os meus conterrâneos. O que acontece na maioria dos casos da emigração é que, ou essa rede se transfere ela própria, maciçamente, para o país de destino, ou neste rapidamente se criam e se desenvolvem outras redes que, com o tempo, até acabam por tornar anacrónicas as referências iniciais. No meu trabalho de campo, um emigrado, por sinal de entre os que mais utilizam a sua etnicidade portuguesa, resumia-me assim este processo: "nascem os filhos e netos; e há muita coisa que nos prende nesta terra, amizades que se criam, os conhecimentos, o ambiente social, que é importante, os negócios. Agora o rapaz que está há 10 ou 15 anos regressa a Portugal e ainda lá encontra uma grande percentagem dos amigos que lá deixou". Por isso nos

anteriores trabalhos procurei argumentar que, se já nas aldeias de origem a frequência de variados espaços era habitual e dependia de uma dialéctica entre o parentesco e a residência, orientando-se mais pela casa familiar (espalhada por vários lugares) do que pelo espaço geográfico da aldeia, também aquilo que me parece ser mais importante estudar no fenómeno emigratório são as formas assumidas pelas relações familiares e sociais, antigas e/ou criadas de novo; tanto mais que, com a emigração, há uma autonomização das estratégias de cada família nuclear e um estreitamento do lugar de origem (Monteiro, 1985: 162-168 e 130-145).

(c) Em terceiro lugar, para os estudos sobre emigração, proponho uma grande cautela na utilização do termo "comunidade" ou "comunidades portuguesas", e, de preferência, mesmo o seu abandono. As razões são, basicamente, as seguintes. "Comunidade" é um termo muito ambíguo, com raízes variadas e imprecisas no seio da literatura sociológica, pelo que pode remeter para conceitos contraditórios. A sua utilização nos últimos anos partiu, como vimos, das políticas estatais, o que torna ainda mais delicada a sua utilização científica. O seu uso neste contexto só pôde aliás desenvolver-se nas ciências sociais como anglicismo, porque é na língua anglo-saxónica (nomeadamente nos EUA) que o termo "comunidade" é utilizado correntemente (neste sentido, quase poderia considerar-se uma palavra do "portinglês", a língua híbrida dos luso-americanos). Já em França, por exemplo, como nota Cordeiro (1993: 366-7), a tradição da palavra "comunidade" está associada à discriminação (contra

os judeus ou os árabes, por exemplo), sugerindo para o grupo a que se aplica características negativas de aberta conflitualidade com a população e a cultura francesas, não sendo por isso costume aplicá-la ao caso português.

De qualquer forma, e entrando em razões mais substantivas, o termo "comunidade" induz a pensar na existência de fortes laços, subjectivos ou objectivos, que ligam as pessoas num grupo bem definido, fenómeno que não encontrei entre os emigrados: a não ser face aos seus mortos e à sua finitude, como *ruína* de uma antiga existência tomada como comunitária, e é esse o sentido filosófico que Blanchot e Nancy deram ao conceito de comunidade: mas então o conceito significa justamente que a comunidade nunca teve lugar nem será transfigurada em qualquer sujeito ou substância. Sem ser neste especial sentido de ruína, temos, entre os emigrados, estratégias muito individualizadas de cada família nuclear, que não irei desenvolver aqui porque foram o fulcro da minha argumentação de 1987. Nesse estudo propus, como abordagem mais fecunda, e já testada por outros autores como Anderson, a ideia de *networks*, isto é, de múltiplas redes que se estendem com centro em cada indivíduo até outros emigrados portugueses e/ou emigrados de outras etnias e/ou americanos, sem que ao conjunto dessas redes se possa dar uma fronteira comum ou comunitária (Monteiro, 1987: 886-890); mesmo a nível dos que se envolvem nas associações de emigrados, o facto de, logo a partir dos anos vinte, terem existido pelo menos dois clubes luso-americanos na mesma cidade de Danbury, e de nunca se terem conseguido juntar apesar de várias tentativas, é significativo desta diferenciação interna.

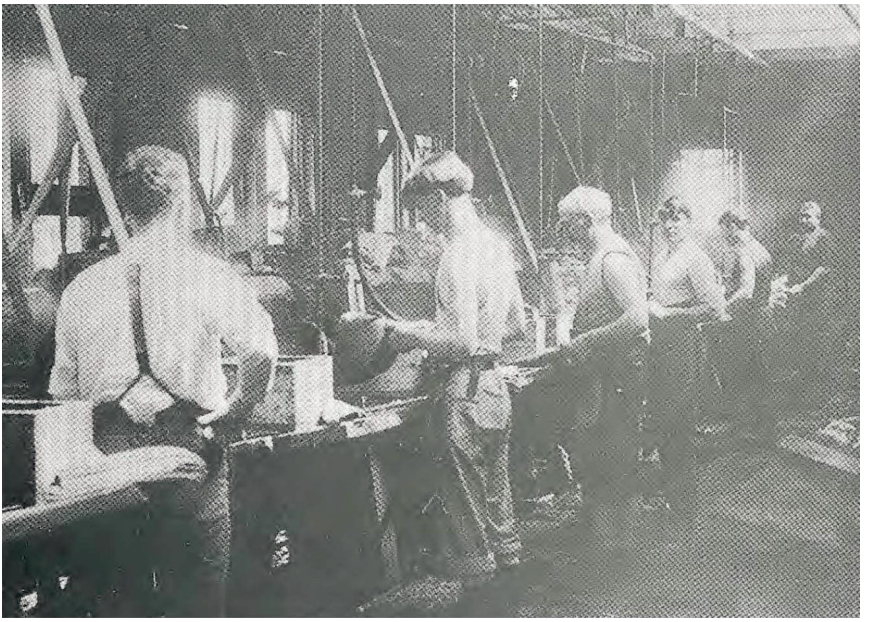
É certo que vários factores já referidos fizeram com que, a partir dos anos sessenta, surgissem fenómenos de afirmação de uma identidade dita portuguesa entre alguns emigrados. Mas esses fenómenos têm significados e implicações muito mais complexas do que é costume atribuir à noção de comunidade. Desde logo, porque apenas abrangem uma pequena parte dos emigrados: aqueles que, por razões estratégicas, decidem investir nesse tipo de afirmação. A etnicidade não é um dado à partida, apenas surge em determinadas situações, muito embora usando a possibilidade de mobilizar alguns traços herdados e de fazer apelo a sentimentos primordiais. Em quase todos os casos, primeiro os emigrantes desapareceram e só depois partes deles surgiram como grupos étnicos. Como lembra Greeley (1971: 27), citando N. Glazer e Max Ascoli, "foi na América que os *newcomers* se tornaram nações"; por exemplo, "eles tornaram-se americanos antes de alguma vez serem italianos". Em relação ao Brasil, Maria Beatriz Nizza da Silva (1992: xvi) argumenta no mesmo sentido que é necessário desenvolver: os portugueses estiveram ali presentes, "primeiro como colonizadores, depois como assimilados (e por isso mesmo tolerados) e finalmente como imigrantes".

A delimitação do grupo étnico tem um carácter dinâmico, circunstancial e localizado; os estudos realizados têm mostrado que há uma grande variação conforme as etnias e, dentro de cada etnia, conforme a região de onde provêm os imigrantes, a região onde estão instalados, o número total de emigrados, a sua concentração ou não, a sua situação económica, a reacção de outros grupos, a eventual e conjuntural existência de novos fluxos de imigrantes e a sua relação com os antigos, e ainda conforme as épocas e as gerações. Além disso, a afirmação do

grupo étnico não significa a escolha da cultura de origem em prejuízo da cultura do novo país, mas sim uma cultura própria resultante da interacção entre essas duas.

Levar longe demais estes movimentos de afirmação de uma "comunidade portuguesa" não interessaria nem aos emigrados que nela investem, porque também têm os seus interesses e investimentos fora dela, nem ao Estado de acolhimento, porque ficaria a braços com um *ghetto* étnico que muitos receiam, nem sequer ao Estado português, porque enraizaria demasiado os emigrados nos países onde estão. É que, pelo menos no caso norte-americano, quando começa a falar-se em comunidade portuguesa, isto significa, não que haja uma ligação a Portugal no sentido sentimental ou de um regresso, mas, pelo contrário, que há suficiente implantação no país de destino para se criar um mundo próprio que torna desnecessário esse regresso; e, como veremos, começa a haver estudos sobre emigrados portugueses na Europa que apontam no mesmo sentido. Os elementos que participam nas instituições e actividades luso-americanas, e que os políticos ou a Igreja querem identificar com a ideia de um regresso, não são os que estão ligados sentimentalmente à terra e a ela querem voltar: são apenas os mais visíveis dos que criaram lá uma rede de sociabilidade própria, muito mais densa e útil do que a que têm em Portugal.

Procurarei agora dar um exemplo da complexidade desta interacção do emigrado, no que diz respeito à questão do regresso, apresentando material, quase todo inédito, do meu trabalho de campo realizado no Connecticut em 1986.



| 7. |



| 8. |

Capítulo 3

"Voltar? Só Deus e eu é que pode saber"

Em 1939, o referido relatório de Youngs sobre os emigrados portugueses no Connecticut apresentava já como excepcional o regresso definitivo a Portugal, afirmando, não sabemos se com exagero, que só "aproximadamente três por cento dos colonos (portugueses) em Danbury regressaram definitivamente às suas terras natais". E cita um dos primeiros emigrados, que declara (*sic*): "No, *no! I am not going back to Portugal for good! Just for a visit. I am a citizen and a voter here and will always make Danbury my home.*"

Dois anos mais tarde, numa carta enviada da serra da Lousã para Danbury, uma mulher escrevia: "Meu querido mano muito estimo que esta carta te vá encontrar de saude que eu e o pai e a mãe e os manos flizmente bem Com respeito a castelo de Tervim a inda esta no mesmo setio quando ele não se modou quando foi do sinquelóne tamben já não se muda Agora o que se pode mudar é a ideia dalgumas criaturas". No trabalho de 1985 (Monteiro, 1985: 234-5), publiquei excertos das sucessivas e contraditórias cartas de uma família em que o marido, emigrado, hesitava porque não queria regressar à aldeia, e temia os riscos do mau câmbio, mas também temia que a mulher não quisesse, ela, juntar-se a ele mais os filhos, e tentava convencer-se que afinal a aldeia não era assim tão má, e rejeitava a hipótese de ir para a vila em vez da aldeia porque nesse caso iria viver para a casa dos

pais, e finalmente acabava por optar por esta última solução. São decisões complexas, porque, mesmo que, com a autonomização das estratégias da família nuclear, só abranjam o casal e os filhos, são tantos os factores a ter em conta que a opção se revela muito delicada.

Por isso as discussões em torno do regresso, tal como se manifestam nas cartas ou nas entrevistas, desenvolvem-se sempre com uma estrutura ambígua, contraditória, polifónica e condicional: são sempre realizadas a várias vozes, com um concerto de temas a favor e contra a longínqua hipótese de um regresso sucessivamente adiado. Como me diziam os entrevistados em Danbury: "todos aspiram a regressar, mas a maior parte não regressa". "O português vem para a América e depois para sair de lá só se fôr ao empurrão." "Eu não tenciono morrer aqui, todos nós. Eu penso que o nosso Portugal está cá dentro, por muito mau que esteja. Quando penso voltar? Só Deus e eu é que pode saber. Eu não sei, mas Deus pode saber. Eu não tenho uma ideia." "Volto logo que seja possível, (...) logo que a minha vida esteja estabilizada."

Muitas vezes, apenas pequenos indícios nos permitem perceber se essa discussão é real, e realmente sentida como dramática, ou se, com o passar do tempo e das gerações, ela é apenas retórica, motivada por uma lealdade cada vez mais vaga que se sente em relação a duas nações, ou por uma "portugalidade" que, estrategicamente, não se quer deixar de apresentar aos parentes ou entrevistadores. Por exemplo, quando um entrevistado, de 20 anos, me dizia "sim, que eu sou português, eu vou para Portugal depois, mas indo para Portugal eu ia estar 6 meses e ter saudades disto", esse "*ia*" revela, sem querer, que o regresso antes apresentado como

certo afinal pertence apenas ao domínio da especulação abstracta. Ou quando outro entrevistado diz "Vou o mais breve possível. Se sair o loto, joguei no loto ...", mostra, desta vez mais abertamente, que para ele o regresso a Portugal, tal como a lotaria, embora não seja de excluir do horizonte abstracto de possibilidades e de investimentos, não é algo em torno do qual se possa organizar a vida.

Podemos, no entanto, tentar especificar um pouco quais são esses vários factores que estão em causa nas discussões sobre o regresso. Creio que, quando se põe a questão de voltar, é porque o problema económico, qualquer que fosse e seja o objectivo, já está de alguma forma resolvido, e entram então em consideração outros factores. Comecemos, pois, pelas questões económicas.

Economia e propriedade

Da comparação entre a vida na aldeia e a vida na América, tal como é manifestada, por exemplo, nas cartas, e tendo a plena consciência da dureza da vida tanto lá como cá, sobressai esta diferença: os rendimentos do trabalho assalariado nos Estados Unidos são constantes ou até crescentes, enquanto os rendimentos marginais do trabalho na aldeia, dada a precaridade e a degradação das condicionantes ecológicas, são muito rapidamente decrescentes. Como escreve de Danbury um emigrado: "terra como esta acho que não há aqui trabalha-se muito mas também se tem dinheiro e aí é ao contrário trabalham muito e não se tem dinheiro".

Depois, colocam-se os problemas da transferência e aplicação do dinheiro. Da transferência, porque a evolução

do câmbio pode pôr em causa toda a estratégia de acumular para regressar (veja-se, por exemplo, como mil cruzeiros, segundo as cartas que estudei — Monteiro, 1985: 236 —, em 1952 valiam 833 escudos e, em 1967, apenas vali-am 12 escudos). Da aplicação, porque resta ainda saber se, mesmo com bom câmbio, há possibilidades locais de, ou reconstituir a unidade familiar nos moldes que se pretendia, ou mudar de vida dando novas aplicações ao capital. Há que ter ainda em conta o risco (Monteiro, 1985: 145-162) de essas poupanças poderem dissolver-se nas alargadas obrigações e ligações familiares da região de origem (e o dinheiro é o bem móvel por excelência). Sem esquecer que sempre, como nota Rocha-Trindade (1982: 27), "o facto de encarar uma nova mudança de vida para voltar a Portugal, onde existem dificuldades de emprego, inflação elevada e um nível de vida mais baixo que nos países desenvolvidos onde estiveram fixados, representa um risco que nem todos estão dispostos a correr". "Sabendo-se que a emigração está nos tempos que correm fortemente condicionada e restringida, o emigrante sabe que se voltar a Portugal e se vier a arrepender de facto, pode não conseguir emendar a sua decisão".

É difícil adivinhar se se vai arrepender ou não quando se acumulam as poupanças na forma abstracta do dinhei-ro: "nós saímos, não é para uma melhor vida ou má vida, isso é um juízo de cada um, vimos para arranjar dinheiro: money". Ora, como medir a quantidade de dinheiro ne-cessária? "Eu voltei porque julgava que vinha rico e fiz mal", diz-me um, regressado. Sobre outro diz-se: "ele está riquíssimo, já não precisava de cá estar, eles não sabem o que têm".

Num inquérito realizado por Roque Amaro,[1] apenas 6% apresentam como razões para o seu regresso o facto de terem conseguido uma "poupança suficiente". Mesmo nos primeiros casos da emigração, como procurei mostrar no trabalho de 1985, a poupança era feita independentemente de poder ser utilizada num objectivo definido. Não há critérios visíveis que permitam dizer qual a quantidade de dinheiro "suficiente". Como notou Robert Redfield (1973: I-63), "a característica mais importante da carreira humana em sociedades que mudaram rapidamente e continuam a mudar é que a carreira de qualquer pessoa, homem ou mulher, operário ou empresário, se torna em si própria inconsistente e inconclusiva": "os fins da vida tornam-se obscuros", "as pessoas desenvolvem necessidades cuja satisfação não traz satisfação".

Além disso, como notou Luhmann (1982: 318), o dinheiro é "utilizável independentemente da história — isto é, independentemente do contexto em que foi ganho". O dinheiro é acumulado em função de um futuro, e seria interessante estudar como a América, por exemplo, tem mais imagem de futuro do que Portugal, cuja imagem é feita e realimentada em função de um passado e onde o regresso seria assim, de alguma forma, uma negação da estratégia de emigração e acumulação. Ou seja, se é certo que tempo é dinheiro, também parece ser certo que *dinheiro é tempo* — um tempo diferente, no interior do qual o que menos faz sentido é viajar para o passado. Como escreve Luhmann (1982: 317 e 281), "a tecnologização faz o passado aparecer como arrumado e acabado, já não

1 Amaro 1985: 356 e 360. Trata-se de um inquérito a 692 emigrantes já regressados a Portugal, realizado em Dezembro de 1982, no âmbito de um projecto do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento coordenado por Manuela Silva.

imediatamente presente como os eternos mortos ou a continuidade da culpa". "Um futuro desfuturizado pela tecnologia pode ser usado como um presente fingido a partir do qual podemos escolher o nosso presente presente de forma a torná-lo um passado possível para os futuros presentes."

Acrescente-se ainda que, quando o emigrado se torna proprietário no país de destino (por exemplo, de uma casa de habitação, ou mesmo de casas para alugar, ou de uma pequena empresa), situação que, pelo menos na América, é muito comum, essa(s) propriedade(s) torna(m)-se uma razão de monta na eventual decisão de não regressar a um país de origem onde, provavelmente, a sua propriedade é já de muito menor valor.

Se aquele que põe a hipótese de regressar ainda é trabalhador activo, há também que ter em conta que certas profissões são mais facilmente transferíveis do que outras.

O tipo de trabalho e de vida

Depois dos factores mais directamente económicos, entra-se em consideração com o tipo de vida e de trabalho. A este respeito, há a consciência de que a subida do nível de vida é paga com a diminuição da qualidade do trabalho, com tarefas mais duras, maior isolamento, ritmo mais intenso e menos humano.[2] "A vida aqui parece que se está na tropa. Dorme-se muito pouco. Já vim há 16 anos e parece que foi ontem, os dias aqui

2 Dificuldades que, ao mesmo tempo, acabam por dar um especial valor ao tempo passado na América, aos sacrifícios feitos, às pequenas alegrias tidas, e por criar uma memória dos emigrados enraizada *lá*.

passam muito depressa". "Isto é uma sociedade à pressa". "Julguei que fosse outra coisa, nunca julguei que fosse esta correria, este trabalho e esta incerteza". "Se Portugal fosse em Nova Iorque, eu tinha largado. Porque eu trabalhava a bordo, no porto de Lisboa, ganhava bem, tinha lá uma vida boa, a mulher não trabalhava, tinha carro, ia todos os fins de semana para a terra [Serra da Lousã]. Quando vim trabalhar para as fundações em Nova Iorque eu vinha habituado: mas alombar às costas, sózinho, aqui trabalha-se mais duro que lá, de longe, aqui toda a gente tem que trabalhar, lá um gajo vai pro trabalho muitas vezes não faz nada. E primeiro estive numa fábrica de mesas, só 3 dias, a fazer força com o peito contra a machine, matava um gajo". "Eu acho que não há nação nenhuma para trabalhar tão duro como aqui. É para matar". "Muitos deviam vir de Portugal aqui para aprenderem o que é trabalhar. E não há refilar. Um gajo que está a refilar com o *boss* amanhã já não vai trabalhar. Despedem um gajo num dia". "Eu tinha sido criado em Lisboa. Quando vim para a América, chorei, ninguém jogava futebol, está claro, não vi aqui nada, chorei. Digo assim: onde é que eu me vim meter? Foi a minha matança, pronto. É tal e qual como meter um gajo dentro de um forno, que não vê nada!".

Como se nota, as primeiras queixas dizem respeito ao isolamento, ao ritmo e à clausura: para evitarem estes inconvenientes, muitos optam pela construção civil, se possível em pequenas empresas de que sejam proprietários. Neste aspecto, a "saudade da terra" pode ganhar um sentido mais preciso — e mais limitado — de saudade do solo e da actividade agrícola. Como nota Feldman-Bianco (1992: 159-160), aqueles emigrantes cuja história "acompanha a transição de actividades pre-industriais em Portugal, orientadas por tarefa,

para o trabalho industrial nos Estados Unidos, tendem a desenvolver uma nostalgia romântica, ou *saudade da terra*, em relação ao seu passado imediato de trabalho não-industrial", uma vez que passaram "de ritmos mais naturais para o tempo disciplinado do capitalismo industrial": assim "a terra natal (que é lembrada em termos da sua aldeia ou região de origem) torna-se uma utopia". É que, no trabalho agrícola, "para usarmos a formulação de Thompson, 'o padrão de trabalho era a alternância de fases de intenso trabalho e fases de ociosidade, sempre que os homens tinham o controlo das suas próprias vidas de trabalho'. Parte da contínua atracção da vida rural para os que a deixaram com o fito de encontrarem melhor remuneração do trabalho é precisamente esta orientação por tarefas e o tempo alternado que ela implica" (Pina-Cabral, 1988:732). Por isso, aqueles com alguma experiência de vida não rural (como é o caso dos emigrantes da Lousã, que passavam geralmente dois ou três anos em Lisboa antes de emigrarem) conseguem geralmente ser melhor sucedidos na emigração, pelo menos em termos de remuneração (Anderson, 1974: 116).

O descontentamento em relação às condições de trabalho centra-se ainda em três outros grandes temas: o pouco tempo de férias, a falta de regalias sociais e os despedimentos sempre iminentes. Daqui passa-se à avaliação do tipo de vida que, com essas limitações, é possível organizar. A América é uma utopia que revela depois faces insuspeitadas e árduas. "O capitalismo tem muitas coisas boas, mas também tem muitas outras más". "Isto é ridículo". "Aqui não há convívio, não há inteligência, um gajo morre estúpido"; "não há nada, é do trabalho para casa e da casa para o trabalho". "A América foi uma desilusão porque ouvia dizer que a América era o país

mais desenvolvido do mundo, mais evoluído do mundo e cheguei cá e as pessoas são umas desleixadas na rua, a maneira como vestem, ponta abaixo ponta acima e sujo. Mesmo nas aldeias de Portugal não se vêm as pessoas assim — quando saem à rua saem bem postas. Enquanto os portugueses cá se desleixam, têm muito menos classe que os portugueses de Portugal, todos se ambientam aqui a este sistema".

Parece que a maioria não contava encontrar aqui o que veio a ser o seu quotidiano: o bom sem o bonito, uma vida exclusivamente virada para a produção e para receber o valor do trabalho enquanto se trabalha. Há a clara consciência de que, para ganhar dinheiro, se perdeu muita coisa, de que afinal o mundo é feito, não de bens limitados, mas de bens incompatíveis. Resta saber porque optaram por estes. É que, se decidirem regressar, as vantagens que alcançarão irão por sua vez ser incompatíveis com muita regalias a que já se habituaram na América: e a avaliação sobre as perspectivas em Portugal não é menos crua.

Por um lado, parece haver muitas vezes factores conjunturais que assustam: antes do 25 de Abril, "mais que a situação política, era psicológica, a malta sentia-se oprimida, até na maneira de se exprimir, e a malta tem sempre tendência a exagerar, na minha opinião"; em 1969, "estavam as escolas fechadas", não se podia pôr os filhos a estudar; depois da revolução, havia o medo da instabilidade, a desconfiança em relação às políticas que seriam seguidas; ainda hoje, mesmo entre os que optaram efectivamente por regressar, segundo o inquérito apresentado por Roque Amaro (1985: 370), 95% "afirmaram que, desde que estão em Portugal, ainda não foi tomada decisão a seu favor,

tendo 20% considerado mesmo que já foram tomadas decisões contrárias aos seus interesses".

Mas, antes ou por trás destes factores, parece haver um receio generalizado de que o regresso signifique um sério estreitamento do horizonte das relações sociais. Este receio é em parte fundamentado pelo facto de que, como mostrei no trabalho de 1985, quem volta regressa de facto a uma área geográfica mais pequena (passando, por exemplo, os casamento a realizar-se mais no pequeno lugar de origem), porque se perderam os contactos com as áreas circundantes; é também fundamentado pelo facto de, com uma ausência prolongada, se passarem a ter mais amigos e conhecidos no país de destino do que no de origem; e tem também a ver com uma percepção, aparentemente muito generalizada, de que regressar significa voltar atrás, a uma sociedade e a uma sociabilidade mais primitivas.[3] Como me dizia um emigrado, que no entanto visita frequentemente Portugal e aqui compra muitas coisas, incluindo mobílias: "Gosto muito da Lousã: para ir passar férias. Mas teria dificuldade em me adaptar àquele ambiente. Porque não tem actividade, é um ambiente morto. A maior parte das vilas de Portugal é tudo a mesma coisa. Eu quando vou a Portugal faço mais jantares do que a minha família faz em todo o ano. Nunca se convidam. Em Portugal não há vida social nenhuma, passa-se pelo vizinho e não se cumprimenta. Até na Lousã, que é vilazinha pequena. Antigamente ainda se convidavam pela matança do

3 Havia entre as guerras uma canção (letra de Sam M. Lewis e Joe Young, música de Walter Donaldson) que dizia: "how 'ya gonna keep 'em down on the farm after they've seen Paree? That's a mystery. They'll never want to see a rake or plow, and who the deuce can parley-vous a cow?"

porco. Agora nem isso". Estas más experiências podem acontecer nas visitas de férias ou, sobretudo, nas tentativas de regresso mais ou menos definitivo, que se podem, assim, revelar muito decepcionantes. Como diz o título de um romance de Tom Wolfe, *You can't go home again*. Outro emigrado declarava-me: "vim para Danbury com 12 anos, nunca mais lá voltei. Para quê? Tenho aqui as minhas raízes. Fui lá em 65 de passeio, à Lousã, estive lá encarcerado 15 dias. Fui a 30 de Julho, que é a época melhor aqui, o verão, e deixei cá o vinho em casa fui para lá beber aquela surrapa que eles lá fazem, deviam ser mortos a tiro. Os que vêm da Lousã nunca provaram vinho assim, porque as uvas da Lousã não prestam, têm muito pouco açúcar, dão muito pouco grau e só cá é que eles sabem o que é o verdadeiro vinho, feito com uvas que vêm da Califórnia". Outro elemento a que não se habituariam, e que referem muitas vezes, é a vida suja que teriam na agricultura portuguesa, em contraste com a vida mais limpa da América. Além disso, há o conforto doméstico: "Lá não temos casa aquecida como aqui, nem as coisas tão cheias". "Se lá tivesse casa com quintal, como na América, então sim, mas viver com oito famílias, sem quintal seu, não tem sentido".

Homens e mulheres

Devemos ainda considerar a diferença de *sexo* nestas discussões sobre o regresso. No seu relatório de 1939, Youngs transcrevia o seguinte depoimento de uma emigrada: "*I no want to go back to Portugal no more. For why should I go back? All the time I suffer there. We no make gooda money. We no have nicea*

thinks like we do here. My husban, he likes to go back". Neste caso, é o homem que prefere voltar; mas, no relatório do mesmo Youngs sobre outra cidade do Connecticut, Naugutuck, há um exemplo oposto: "*we like it better in this country. Except my wife. She wants to go back to Portugal for good*".

No meu trabalho de campo, também encontrei os dois tipos de situações: umas em que a mulher está mais ligada à América do que o homem, outras em que está menos. Isto depende, desde logo, da origem da mulher: nascida já na América ou nascida em Portugal, e de meio rural ou urbano (Wall, 1984: 58). Se era de origem urbana, possivelmente não trabalhava fora da vida de casa, enquanto que na América tem um emprego que,[4] somado à lida da casa, que continua preferencialmente a seu cargo, significa um grande acréscimo de horas de trabalho. O resultado são avaliações deste género: "talvez fizessemos melhor a gente lá ficarmos. Basta que aqui tanto tem de trabalhar o homem como a mulher. O ordenado do homem aqui não dá. E lá não, só o meu marido é que trabalhava". A mulher de origem rural, pelo contrário, já tinha muito trabalho para além da vida de "dona de casa", e pode ver com outros olhos os benefícios da situação de emigrada, quando a vida é mais limpa e mais leve e os bens são mais abundantes e mais acessíveis, como mostram as seguintes cartas de mulheres, todas de 1964 e do Brasil: "eu aqui é só atravessar a estrada para ir buscar coisas tem

4 Nas primeiras décadas da emigração, mesmo ficando em casa a mulher tinha um enorme sobrecarga de trabalho, porque geralmente essa casa funcionava como uma pensão, com hóspedes, refeições e roupa para passar. No Brasil, por outro lado, e de acordo com as cartas que estudei (1985: 229-232), é possível que fosse menor o trabalho da mulher.

assougue e bares tem de tudo e estão sempre passando na porta com uma coisa e outra triste de vocês aí nessa ruim terra"; "ela está melhor aqui que nessa terra. Logo mais virá a Fernanda; as terras aí são terras muito ruins. A Encarnação já devia ter vindo para cá há mais tempo"; "e vocês escusam de andarem aborrecidos por causa de mim que eu se estivesse aí já agora tinha morrido aqui sempre é melhor".

Por outro lado ainda, há a considerar o facto de a vida social das mulheres se poder restringir, consoante as condições e épocas da emigração: no Connecticut, as associações de luso-americanos, bem como os bares americanos, são lugares de convívio para homens, de onde as mulheres ficam excluídas (só participam nas festas); mesmo às reuniões ou sessões solenes, se se realizam à noite, os homens não gostam de trazer as esposas; apenas nos anos oitenta, com a criação da igreja e respectivas actividades, elas passaram a ter uma ocasião de convívio regular.[5] Assinale-se também o facto de, por regra, as mulheres que estudei só conduzirem carros com mudanças automáticas e nos percursos mais simples entre a casa e o trabalho: facto que, em cidades onde a população vive muito dispersa e se desloca quase exclusivamente de automóvel, limita seriamente as suas possibilidades de relações extra-laborais.

De tudo isto resulta que, na ambiguidade da situação, muitas vezes a decisão final é empurrada do marido para a

5 Estudando as associações portuguesas em França, Maria do Céu Cunha (1986: 123 e 127) mostra, no mesmo sentido, que as mulheres começaram por estar excluídas destas associações, que funcionavam como tabernas ou grupos desportivos, e que apenas com a criação de grupos folclóricos e de associações escolares de pais elas começam a ganhar responsabilidades públicas.

mulher e vice-versa. Diz ele: "Ela tem mais vontade do que eu, nós temos aquilo dentro do coração, a nossa ideia está lá". Diz logo ela: "Credo, Nossa Senhora, quem é que nos tira daqui para lá? Eu fiz o meu marido prometer: se eu morrer antes de ir a Portugal, eu quero ir para Portugal depois de morta, se não não me importa. E não é em Lisboa, é na Lousã. Se puder um dia realizar isto, era o que eu gostava".[6]

Pais e filhos

Outro facto a aumentar muito decisivamente a ambiguidade e a dificuldade da decisão de regressar ou não é o dos filhos que nasceram e/ou cresceram nos Estados Unidos: "agora é difícil voltar, por causa dos filhos". Comecemos por ver o ponto de vista dos pais. "Eu quero educar aqui os meus filhos, para lá nunca os levo. Se eles quiserem ir de livre vontade eles vão. Mas até têm que ir à minha frente; agora eu levá-los comigo não os levo. Depois de os educar, de eles seguirem o seu caminho, volto". "Só que depois [acrescenta logo outro] a mulher já não quer ir!", porque, independentemente das vantagens ou desvantagens da América, pura e simplesmente não se quer separar dos seus filhos. Para demonstrar a justeza desta opção por educar os filhos na América, é-me avançado o seguinte exemplo: "ele esteve cá um ano na escola, depois foi para trás, os pais já tinham dinheiro que

6 Rocha-Trindade (1989: 15) nota que a preocupação de não ser obrigado a ficar sepultado no país para onde se emigrou fez constituir em "reivindicação importante do Conselho das Comunidades Portuguesas toda a problemática do repatriamento em caso de morte".

chegasse e foram para trás. Foram para Portugal, depois voltaram passado um ano. Ao que parece por causa dele, do filho: não tinha lá professores, mas passou na mesma!" — o sistema de ensino não era bom. Mas, por outro lado, o ensino americano, a nível superior, é muito mais caro. Por isso alguns pensam mandar os filhos para a Universidade portuguesa. Num caso em que mandaram de facto o filho, foram os pais que acabaram por subverter a sua própria estratégia: "Os pais estavam cá, ele nasceu cá, mas depois os pais mandaram-no para lá com dez anos, porque eles pensavam voltar para Portugal, por isso mandaram o filho à frente, para ele ter outra educação, aprender bem o português, etc. Só que sairam- -lhes as contas erradas, diz o filho, e então eles tiveram que mudar, e já vão acabar por ficar mais tempo aqui porque o filho voltou ao fim de muito tempo, mas é certo, se os pais tivessem ido talvez ele lá tivesse ficado".

A situação mais habitual é, porém, a inversa deste último exemplo: se acaso alguém põe seriamente a hipótese de regressar, são mais os pais do que os filhos. Do ponto de vista destes, há uma ligação mais forte ao país onde nasceram e/ou se socializaram, onde têm os amigos, as namoradas ou já as mulheres e filhos, e onde têm os empregos ou os estudos; e, ainda que tenham aprendido com os pais a língua portuguesa, acabam por estar pouco à vontade com ela devido à frequência da escola americana e ao pouco uso quotidiano.

Numa sociedade em que os idosos atingem proporções elevadas e, frequentemente, situações dramáticas, por vezes, o emigrado (ou a emigrada) tem ainda de considerar a situação dos pais; sobretudo se fôr filho único, pode ter de escolher fixar-se no local onde os seus velhos progenitores precisem de assistência.

A *reforma*

Outro factor muito importante que tem pesado na decisão de não regressar é a *reforma*: a segurança social existente nos Estados Unidos desde os anos 30, reforçada a partir dos anos 60 com a assistência médica aos idosos, faz com que todo o emigrante com mais de dez anos de estada possa beneficiar de uma pensão e de regalias sociais significativas.

Pode optar por receber a reforma em Portugal, porque o câmbio e a taxa de juro o beneficiam: e, de facto, como escrevia Melzer (1985: 24), "todos os anos o Governo dos EUA, através da sua administração para a Segurança Social, envia 21 600 000 dólares (cerca de quatro milhões de contos) destinados a 7 128 pessoas que vivem em Portugal" e que são, ou norte-americanos de origem portuguesa, ou ex-emigrantes. Mas a maioria prefere gozar essa reforma nos próprios Estados Unidos, argumentando que a assistência médica é muito melhor: "Fomos a Portugal, a minha mulher sentiu-se lá doente, e esteve tanto tempo para radiografias!". Se tirar a reforma aos 62 anos, consegue-a com 20% de redução; se a tirar aos 65 anos, obtem-a por inteiro — e ainda é autorizado a fazer alguns trabalhos por fora, a portugueses ou a americanos, até a um determinado rendimento máximo. Note-se que alguns conseguem, lá, juntar uma reforma da segurança social e outra do sindicato; e que alguns, se mantiveram uma forte ligação com Portugal, conseguem ainda juntar a isso uma pequena reforma cá.

As ligações a Portugal

Por todas estas razões, pode dizer-se que, do grupo muito diferenciado dos que estão emigrados nesta região, apenas uma pequena parte tem regressado definitivamente; outros optam por tentar integrar-se completamente na sociedade americana, pondo de lado qualquer ligação ou referência às origens portuguesas; outros, ao mesmo tempo que vivem a sua vida americana, mantêm algumas ligações a Portugal, assumindo as vantagens e desvantagens desta posição dupla e ambígua. É certo que as visitas não podem ser frequentes, porque, durante a vida activa, estes emigrados, ou têm pequenas empresas, cujas responsabilidades não lhes permitem grandes ausências, ou são assalariados, e as férias americanas são muito curtas. "Queria ir este verão, mas já não vou. Vou no outro talvez, porque tenho lá terras e vou vender ... [hesita] vou ... quero ver essas terras".

Muitas vezes é necessário haver um problema agudo, como uma doença ou uma morte, para que a visita se concretize: e a ligação aos seus mortos, e por vezes ao jazigo da família, é referida como um dos laços que mais ficam a apegá-los à terra de origem. Nessas visitas de urgência, como nas turísticas, aproveita-se para trazer, e levar, alguns bens que supostamente não se encontram no outro país; por exemplo, um emigrado mais rico aproveitou uma vinda a Portugal para levar uma escada de caracol, em ferro, num contentor, juntamente com várias mobílias "que em Portugal são mais bem construídas".

Independentemente das visitas, esses que mantêm alguma ligação à origem costumam assinar o jornal da terra; no caso da Lousã, o jornal muito raramente dá notícias da

América, excepto nalgum caso (excepcional) de um jovem que se licencie ou entre para uma escola prestigiada, como a academia de polícia; serve, isso sim, para dar aos emigrados as notícias da região da Lousã. Ao recebê-las, o emigrado sente por vezes a necessidade da as transmitir a outros, ou mesmo de telefonar para Portugal; isto acontece sobretudo em casos de doença ou morte. De igual forma, quando na Lousã chegam notícias ou boatos de alguma doença ou morte na América, há alguns que telefonam. Mas, sobretudo em tempos mais recuados, o carácter indirecto da maior parte das informações que atravessavam o Atlântico originava graves mal-entendidos e zangas: "não voltei lá porque não me dou com a minha sogra nem com a minha cunhada. Nunca tivemos a mais pequena coisa uma com a outra, cá eramos como irmãs, mas nunca mais encarámos uma com a outra por causa de intrigas feitas por cartas e por pessoas que nos visitaram".

Estes que jogam nos dois tabuleiros fazem alguns investimentos em Portugal, embora cautelosos: "Ah, mas eu se fôr não me quero desfazer do que tenho, porque o dinheiro não é nada no banco, como muitos que eu sei, não se querem desfazer daquilo que têm. Temos que ter sempre uma enxada encavada, algum problema há e a gente tem que ter por onde se agarrar. E será que a gente não tinha 500 ou mil dólares por ano para vir passar o Natal aqui com os filhos e com os netos?"

Esta relação dupla é, para uns, a chave do triunfo, na medida em que utilizam a mão-de-obra e os consumidores vindos de Portugal, enquanto para outros é uma armadilha de insucessos, na medida em que dividem as suas poupanças, e até os seus investimentos culturais, entre os Estados Unidos

e Portugal, chegando ao fim da vida com um arrependimento amargo: "Olhe, sabe, eu dei cabo da minha vida: com a ideia de vou para a minha terra, ando aqui uns anos e vou para a minha terra, ainda cá estou hoje, e isso é que rebentou com a minha vida, eu pensar em ir para a minha terra. Porque se eu quando venho para aqui e penso em estar aqui, se eu sei que estava cá hoje, eu estava 50% melhor. Porque eu mandei para lá dinheiro: um não dá nada, outro pouco dá, e se eu emprego o dinheiro aqui, com esse dinheiro comprava aqui uma casa, quanto é que não dava hoje? E aprendia o inglês". "Se não estivesse sempre com a ideia em Portugal tinha aprendido mais o inglês. O que ele (marido) comprou lá, era melhor ter cá esse dinheiro, ainda que ao vender perdesse um por quatro. O nosso erro foi nunca nos termos convencido que ficávamos na América".

A *folclorização*

Aprendendo esta lição, a maior parte dos que hoje mantêm ligações a Portugal fazem-no apenas a nível simbólico, sem investimentos materiais no país de origem — fazem alguns investimentos nas instituições e redes luso-americanas, mas na América. Para este trabalho simbólico há a possibilidade de utilização, em certas ocasiões, da língua portuguesa, há as bandeiras, os nomes de baptismo, certas comidas, há as notícias, as fotografias, os vídeos. E um emigrado, nascido em Portugal mas que vive em Danbury com os filhos e netos, traz escrito num dos seus carros, à frente, junto à matrícula, "Lousã é capital"; no outro carro tem uma matrícula portuguesa, "que arranjou para verem que é português".

Como escreve Luhmann (1982: 72), "a linguagem torna possível, dentro dos sistemas de interacção, lidar com aqueles que estão ausentes, isto é, espelhar e tematizar aspectos do ambiente dentro do sistema, substituindo a presença real por signos que representam aqueles que estão ausentes. Uma versão simbólica abreviada do meio ambiente, digamos assim, é incorporada dentro do sistema". Os elementos portugueses mais utilizados são então nomes e símbolos, catalizáveis com certos significados de acordo com interesses e estratégias locais. Como diz David Schneider (*cit. in* Parsons, 1975: 65), "as marcas das identidades são, num sentido muito importante, 'símbolos vazios'. Símbolos vazios de distinções sociais elaboradas, e que por isso estão prontos para funcionar livre e plasticamente neste sistema social multi-étnico ao mesmo tempo que mantêm como marcas uma identidade cultural-simbólica distinta".

Adriano Duarte Rodrigues (1979: 44 a 49) nota que os emigrados vivem entre "a apropriação imaginária do território de origem", e "o modo abstracto de apropriação do país de instalação". "Os seus projectos de apropriação deslocam-se para espaços de contornos imprecisos e difusos, deixando de haver apropriação sobre uma colectividade concreta". Geralmente, é esta situação que faz com que, entre esses emigrados, a "folclorização da cultura de origem" assuma hoje aspectos tão aparatosos: "não é verdade que as tradições populares sejam necessariamente gritantes e vistosas; elas surgem assim quando um fenómeno de exclusão leva à manifestação ostensiva ..."

Neste domínio, é de referir que a já mencionada "neo-etnicidade" surgida a partir dos anos sessenta pode revestir aspectos regionalistas. Este *regionalismo* não parece ter

grandes antecedentes na emigração,[7] porque as instituições criadas abrangeram sempre variadas regiões: a partir de 1968, porém, começaram a organizar-se festas dos lousanenses de Danbury e cidades vizinhas. Em 1986, havia já a tradição de quatro pessoas organizarem em cada ano uma festa de Natal e um pic-nic de verão, embora em 1984 e 1985 elas não se tivessem realizado por "desleixo" ou desentendimento dos organizadores; estas festas não coincidem com quaisquer datas especificamente lousanenses e reunem entre 100 e 200 pessoas, quase todas das cidades de Danbury e Waterbury.

Há-de reparar-se, no entanto, que, mesmo nessas "reuniões de lousanenses", o critério geográfico não é claro e não exclui a presença de pessoas com outras origens geográficas. A identidade regional é mais um pretexto de confraternização num segmento dos que investem na manutenção de traços portugueses. Por vezes, é quando confrontados com um elemento exterior, como o sociólogo, que se põem a discutir os critérios de pertença que, de outra forma, têm um funcionamento implícito e pouco rigoroso. Por vezes nem em relação ao cônjuge se sabe definir bem a geografia: "de onde era a tua mãe?", pergunta o marido. "Todos querem ser da Lousã. A serra é diferente do concelho. Não há ali outra serra, é a da Lousã, pega depois com a serra da Estrela. Abrange o Coentral, Castanheira de Pêra, a Pampilhosa da Serra também. Eu não nasci na Lousã". Com uma definição

7 Exceptuando, talvez, a criação no Estado de S. Paulo, em 1840, pelo comendador Montenegro, de uma colónia agrícola simbolicamente intitulada "Nova Lousã" — mas a que se seguiu, em 1872, uma outra chamada "Nova-Colômbia"... *Cf.* Monteiro, 1985: 85.

tão plástica, já cabem nessas assembleias de lousanenses pessoas de Gouveia, por exemplo, que fazem parte habitual das relações sociais de alguns. E sobretudo cabem muitos de quem nunca se soube a origem, ou já não se sabe porque não interessa. "Quem é que é da Freixianda? Ah, só o meu marido é que é da Freixianda", diz-me uma senhora que antes declarava que o marido era de Tomar; "é que eu conheço realmente muita gente da Freixianda, mas só o meu marido é que é". Conta-se também que um algarvio emigrado em Danbury, ao fim de muitos anos a frequentar pessoas da Lousã e a ouvir falar das respectivas terras e mercados, já sabia tantas histórias que podia falar como os da Lousã, e gostava de fingir que era de lá: "quando um chegava à América, todos faziam de conta que esse era da Lousã, e o novo andava um tempo enganado, e fica com cara de asno quando descobre que não é".

A folclorização permite e potencia este género de trocas. Na Lousã, a partir sobretudo do florestamento da serra, começou a falar-se de uma região homogénea, passando por cima das fundas rivalidades entre o vale e a serra, e começaram, por exemplo, a utilizar-se como trajos típicos do "concelho" os trajes da serra, nomeadamente os dos carvoeiros anteriormente considerados como negros, mongólicos e infernais (Monteiro, 1985: 31-35, 40, 133, 183). Também nos Estados Unidos, com a recente folclorização, se cria, por exemplo, um rancho folclórico com músicas e fatos das mais variadas regiões de Portugal, "à moda do campo", que faz uso constante de castanholas, para ser mais vistoso.

A liberdade com que os nomes geográficos entram numa série de jogos é bem reveladora. Numa procissão, um emigrado no Brasil que estava de visita a Danbury dizia: "ouvi

dizer que os Estados Unidos vão rebocar o Brasil e Portugal com uma corda e trazer para aqui". "A América é um nome", dizia outro; é mais o nome da utopia do que um lugar geográfico definido. O que permitia que alguns entrevistados me dissessem "nesse aspecto os portugueses têm a América lá, porque eles lá não os despedem assim", ou "agora em Portugal está um Brasil, a bem dizer todos ganham o que querem" — na mesma acepção em que jovens entrevistados por Feldman-Bianco (1992: 169) declaravam "a América está agora em Portugal", ou "a América está agora nos Açores".

Note-se, por fim, que a criação do novo espaço de referência abrange frequentemente outros países de emigração por onde se passou ou onde se têm relações, mais até do que Portugal. Um entrevistado por Youngs em 1939 declarava: "*I was born in Madeira and when I was 17 years old I went to Brazil. In 1916 I came to Taunton, Massachusetts. Then I came to Danbury and got this job in the barber shop. I wil never go back to Madeira but I want to go to Rio de Janeiro. I have many friends there and I like to see them again. But I come back to Danbury*". No mesmo sentido, um sacerdote criava em 1980 um jornal luso-americano em Danbury com o propósito declarado de dar "notícias dos portugueses, de Naugutuck ao Brasil" — e não de Portugal (ou da Lousã) à América ou ao Brasil. Estes espaços abrangem ainda outras etnias que se conheceram na vida de emigrado, como revela o facto, citado por alguma literatura sobre emigração nos Estados Unidos (Pedro da Cunha, 1979: 82, Wolforth, 1978: 129, Becker, 1982: 63), de aos filhos serem dados, não só nomes portugueses, como a anglicização de nomes portugueses (Perry por Pereira, Joe King por Joaquim, Lawrence por Lourenço, Rogers

por Rosa, River por Ribeiro), como ainda, diz Cunha, "nomes irlandeses ou polacos — aqueles que na vizinhança forem considerados como americanos".[8]

8 Lacerda e Cordeiro referem o caso de uma associação de emigrados portugueses que participou na jumelização entre a cidade francesa onde residem e uma cidade não portuguesa.



| 9. |



| 10. |

Capítulo 4

Outros casos que fazem repensar o mito do retorno

Poderá argumentar-se que apresentei um caso excepcional (e que, talvez por isso, ainda não encontrou eco na comunidade científica). Discutamos, então, essa excepcionalidade. Em primeiro lugar, não se justifica pensar que este caso seria uma excepção por a emigração para os EUA ser um fenómeno ultrapassado, próprio de épocas recuadas: os dados sobre a emigração portuguesa para os EUA nos últimos anos, apesar de sofrerem uma subavaliação na origem, mostram, por exemplo, que entre 1987 e 1990 a percentagem média de emigração para os EUA, no conjunto da emigraçäo portuguesa, foi de 11,27% contra 1,97% para a França (Peixoto, 1993: 287 e 296). Em segundo lugar, poderiam argumentar que, dentro dos próprios EUA, este caso é uma excepção à regra que seria constituída pela imigração açoriana, mais dada à manutenção das tradições e contactos com a região de origem. É certo que Arroteia (1985: 438) fala numa percentagem de 56% de açorianos nos emigrantes entrados nos EUA entre 1955 e 1977; outros autores (Klein, 1992: 32 e 37) falam em percentagens de 65% a 70%. Contudo, ainda que os imigrantes de origem açoriana constituam nos EUA uma maioria, ela não deve fazer esquecer, por qualquer analogia eleitoral, a outra considerável fatia de imigrantes não açorianos, que infelizmente tem sido ignorada por não ir ao encontro das explicações mais habituais e

folclóricas. Muito menos se deve partir do facto de os emigrantes serem, no conjunto da população dos Açores, uma percentagem elevadíssima, para a conclusão simplista de que são uma percentagem esmagadora no país de destino.

Creio que, mais do que se tratar de um caso de excepção, muito raro, se trata isso sim de um caso menos estudado: é uma excepção não enquanto fenómeno mas enquanto estudo. Nos últimos anos, felizmente, essa condição tem vindo a atenuar-se, quando nos próprios estudos sobre os emigrantes portugueses na Europa se vêm reconhecendo muitas das características em que tenho insistido a propósito deste caso. Talvez devido à passagem do tempo e das gerações, começou a reconhecer-se, a partir dos finais dos anos 80, mesmo em França, "uma nova atitude face à sociedade de destino, parcialmente resultante do apego da segunda geração, e um adiamento dos projectos de regresso" (Peixoto, 1992: 5-6).

Sem ser este, evidentemente, o lugar para fazer uma revisão de toda a recente literatura sobre o assunto, reparemos ainda assim nalguns indícios de que muito está a mudar nas perspectivas com que se vê a emigração. Comecemos, justamente, pelo caso actual da França. Apesar de se manterem algumas características de ligação a Portugal, das quais as duas mais significativas são a regularidade dos períodos de férias aqui passadas e a importância das poupanças cá colocadas (Peixoto, 1993: 292, Lacerda e Cordeiro, 1986: 110, Cordeiro, 1993: 362 e 368, Amaro, 1985: 355), há outros sinais (que só agora, ao crescerem, têm sido considerados) que apontam para um novo tipo de instalação. Em 1977, Brettel e Callier-Boisvert (1977: 184-5) chamavam a atenção para o facto de, em França, "os casamentos mistos estarem a aumentar e os pais, longe de os verem como um inconveniente, parecerem

estar satisfeitos com esses arranjos como indicação de mobilidade social". Em 1984, Martinho (1984: 121) chamava a atenção para o facto de a retórica de fidelidade a Portugal não ser incompatível com uma elevada taxa de naturalização francesa. Em 1985, Roque Amaro (1985: 356), baseado no inquérito já citado, concluía que 23% dos cônjuges ficavam sempre em Portugal: embora o autor só chame a atenção para essa parte, provavelmente ligada ao regresso definitivo, não podemos deixar de pensar nos 77% que já tinham os cônjuges em França. Inquirindo os próprios emigrantes que regressaram, utilizando "uma escala fictícia de satisfação indo de 1 a 10", Amaro (1985: 361) situava a média de satisfação em cerca de 2 antes da emigração, 7 durante a emigração e 5 depois do regresso.

Em 1986, Lacerda e Cordeiro[1] chamavam a atenção para a extraordinária rapidez do crescimento do número de portugueses em França (de 50 000 em 1962 para 800 000, 15 anos mais tarde), dos quais, devido à grande emigração de jovens casais, um terço têm menos de 17 anos; e sublinha "o crescimento do enraizamento das comunidades locais portuguesas". "Muitos franceses reagem usando 'a explicação-chave': é-porque-eles-pensam-regressar-ao-seu-país"; "reagrupemo-nos à parte… porque mais cedo ou mais tarde vamo-nos

1 Lacerda e Cordeiro, *Enfermements et ouvertures*: obra muito interessante, da qual, por ser pequena e por a irmos citar sucessivamente, nos dispensamos de indicar constantemente as páginas, de forma a não sobrecarregar o texto. A análise baseia-se nos resultados de questionários e entrevistas semi-directivas realizados, entre 1983 e 1985, em cinquenta associações de portugueses em França, representando aproximadamente um quinto de todas as associações ali existentes.

embora". Para os autores, porém, esta "inserção rampante" é uma orientação longa e não ancorada no território lusitano. Apesar de haver no imaginário uma quase obsessão com o regresso a Portugal, não se podem ignorar nem os objectivos de investimento em França, nem o lugar dos mais jovens. Assim, para os autores, a organização colec- tiva e pública manifestada nas associa-ções estudadas "diz respeito a necessidades sentidas e formuladas *em França*". Esteve muitas vezes, na sua origem, ligada a nível local à Igreja, francesa ou portuguesa (e Leandro, 1993: 352, apresenta conclusões semelhantes); mas é sobretudo uma consequência imediata da instalação das famílias e do reagrupamento familiar (confronto Arroteia, 1985: 442, que já descrevera este fenómeno), porque um dos seus motores essenciais é "a preocupação de não ser despossuído em relação à formação das crianças". Lacerda e Cordeiro sublinham "a desafecção crescente e espectacularmente maciça dos emigrados portugueses em relação aos assuntos públicos e políticas portuguesas"; como mostra o facto de, nas eleições legislativas de 1985, só ter havido 9 000 votantes num eleitorado potencial de 500 000; "a imigração portuguesa sente que lhe dizem mais respeito os assuntos políticos locais do que os negócios políticos 'longínquos' de Portugal ou de França — assuntos nacionais". No primeiro grande encontro de 'portugueses' residentes em França, realizado em Abril de 1993, a questão do direito a voto dos emigrantes nas eleições presidenciais portuguesas nem sequer constou do programa dos debates. As associações portuguesas em França têm vindo recentemente a desenvolver relações não só entre si como com os poderes locais franceses e com o movimento associativo de outras nacionalidades, procurando um público diversificado.

"O movimento associativo deve ele próprio aparecer como um meio de penetrar em redes que *vão até à sociedade 'francesa'* e que portanto não se ficam pelo pequeno cosmos português." Dois terços das associações fazem um longo uso de instalações cedidas pelos municípios franceses; 58% recebem subsídios oficiais franceses ("à fase de argumentação baseada nas 'divisas que se enviam para lá' tende a substituir-se os 'impostos que pagamos aqui'") e ainda subsídios de entidades privadas, sobretudo bancos, mas também companhias de seguros, agências de viagem e imobiliárias. Resta saber até que ponto os jovens, pouco representados nestas associações, continuarão a viver a dualidade portuguesa-francesa, ou se muitos deles, "mesmo sendo formados na dualidade, verão o seu futuro inteiramente na sociedade envolvente". "Os efeitos conjugados da auto-desvalorização social dos pais, em situação de imigração, a fraca hostilidade ambiente em relação aos portugueses (valorizados relativamente aos 'maus' árabes), e a pressão para a assimilação, contarão para muitos destes jovens a favor do abandono da identidade portuguesa (que se tornará um atributo dos "velhos")". Podemos acrescentar que um inquérito recente levado a cabo pela Sofres para o Nouvel Observateur, a propósito do novo Código da Nacionalidade mostra que os filhos dos portugueses se manifestam dos mais entusiastas em pedir a nacionalidade francesa: 69 por cento afirmam o seu interesse nessa opção, contra 55 por cento dos descendentes de magrebinos (*cit. in* Visão, 20/5/93: 8).

Leandro (1993: 351-2 e 358) argumenta por vezes no mesmo sentido: à medida que o tempo passa, as "atitudes e comportamentos tendem a transformar-se". Os emigrados na região parisiense "reconhecem, e por vezes lamentam, que

o espírito de interajuda não seja mais o que foi. (...) O contacto permanente com um novo meio social, onde a instituição de várias modalidades de solidariedade social e prestação de serviços são essencialmente monetarizados, cria outra percepção da realidade e das relações sociais de interdependência e de ajuda mútua." Além disso, "à medida que o tempo passa e a estadia se prolonga, eles vão acedendo a melhores níveis de vida, a contactos mais abertos com a sociedade local portadora de modelos socio-culturais e, por isso, de laços sociais diferentes". Cordeiro (1993: 366) mostra também como, embora tardiamente, os emigrados portugueses em França começaram desde 1975 um movimento de "promoção social". Castro-Almeida (1989: 163), num estudo de 1989, aponta também para a passagem de uma estratégia de regresso para uma estratégia de promoção social em França, com a constituição de "pequenas empresas de tipo artesanal". E Maurin (*cit. in* Peixoto, 1993: 292-3), baseando-se num inquérito francês de 1989, mostra como a mobilidade profissional dos emigrados portugueses tem sido real, com a constituição de pequenas empresas e a penetração no sector terciário. Por sua vez, Moutardier, num estudo de 1991 (*cit. in* Peixoto, 1993: 292), mostra que "o nível dos orçamentos familiares tem aumentado e o grau de 'equipamento' (em bens duráveis) dos alojamentos portugueses está próximo da média francesa".

Se formos ver com Arroteia (1992: 5-6) a situação dos emigrados portugueses em *Espanha*, vemos que 72% deles vivem em unidades familiares já constituídas, e 35% têm habitação própria, o que também aponta para um importante grau de instalação mais ou menos definitiva. Na *Alemanha*, já em 1976 um

inquérito da Secretaria de Estado da Emigração mostrava que apenas aproximadamente um terço dos emigrantes tinha planos definitivos de regresso (Rocha-Trindade, 1979: 228).

Parece assim estar, hoje, a reconhecer-se para os emigrados na Europa um tipo de enraizamento que antes só quando muito se admitia entre alguns emigrados na América — sem que, evidentemente, ao afirmar isto, se queiram negar as diferenças entre a emigração para a Europa e a emigração para países mais distantes de outros continentes, constituídos eles mesmos como "nações de imigrantes". Provavelmente, haverá em geral esta tendência para, com a passagem dos anos e das gerações, se criar uma interrelação mais funda com o país de destino. Possivelmente, eventuais novas vagas de emigrantes modificarão, por sua vez, esta situação, como vimos no caso de Danbury. Como nota Peixoto (1993: 290), "os processos de emigração de trabalho ou familiar têm, aliás, ciclos nítidos: após os fluxos de indivíduos activos segue-se, normalmente, a sua reunião familiar — esse processo aconteceu, nos anos 70, nos principais destinos europeus, e parece verificar-se actualmente na Suiça; após o 'esgotamento' da migração familiar deverá seguir-se — a haver condições para tal — um novo fluxo de trabalho".

Por último, não podemos deixar de ter em conta as surpresas reveladas pelos mais recentes, e mais aprofundados, estudos de História da emigração portuguesa, porque eles mostram que muitas destas tendências não são apenas desenvolvimentos recentes mas vêm de há muitas décadas, tal como no caso norte-americano que apresentei e que baseei em entrevistas, em cartas e em relatórios de 1939.

Maria de Fátima Brandão, numa fascinante análise das casas de lavradores e proprietários de uma freguesia do Noroeste ao longo do século XIX, mostra como, em relação àqueles que emigram "na qualidade de filhos arredados da sucessão na casa dos pais lavradores e proprietários", a ligação "à casa paterna é muito ténue e precária". "O carácter ténue e precário dessa ligação deriva de uma saída para o Brasil fortemente conotada com uma 'expulsão' da casa paterna em obediência às exigências da preservação da unidade do património familiar". "A impressão com que se pode ficar é a de que os pais se comportavam como se não esperassem o retorno dos ausentes à casa natal, e como se a ida para o Brasil houvesse por si só feito jus às suas responsabilidades para com eles", não sendo tomados os cuidados que existem em relação aos filhos que ficaram, para facilitar a sua integração na casa do irmão favorecido ou a sua possibilidade de sobrevivência autónoma. "As informações disponíveis parecem justificar as fracas expectativas de retorno à casa por parte dos ausentes": há alguns que enviam procurações, mas são raros os que vêm casar à freguesia e são frequentes as referências ao paradeiro incerto dos irmãos que estão no Brasil, "ao falecimento dos ausentes sem que existam referências ao património acumulado no Brasil, o qual, a existir, teria também de ser partilhado entre os familiares que vivem em Portugal", ou a menção de ausentes dados como mortos ou de quem há muitos anos não se tem notícias. Por último, mesmo em relação aos "que se deslocam ao Brasil na sua qualidade formal de herdeiros favorecidos ou na sua qualidade de herdeiros sobre os quais deverá recair a escolha dos pais para suceder na casa", embora se verifique que a sua saída assume um carácter marcadamente temporário, o

seu regresso "torna-se porém difícil ou até mesmo impossível, sempre que a gravidade da situação financeira da casa paterna seja de tal ordem que apenas uma ausência extraordinariamente bem coroada de sucesso material a possa resolver, o que certamente não acontece no comum dos casos".

Maria Norberta Amorim foi estudar a imigração em três paróquias dos Açores através da "metodologia de reconstituição de paróquias", ou seja, utilizando registos sistemáticos de nascimentos, casamentos e óbitos, em vez de utilizar apenas os dados da emigração, para avaliar o nível de entradas e saídas. Entre as suas conclusões, note-se que, a partir de 1790, a percentagem de mulheres no total de emigrantes nunca foi inferior a 33%; e que, a partir de 1850, nunca foi inferior a 40% até 1890, quando chegou a 52%. Registe-se também que, na primeira década do nosso século, a saída de indivíduos entre os 8 e 13 anos era dominante sobre os outros grupos de idades, e que entre as mulheres que saíam, o grupo mais importante era o das mulheres com menos de 20 anos. Alberto Vieira, estudando a emigração madeirense na segunda metade do século XIX, mostra também que ela era, "maioritariamente, definida por uma saída de agregados familiares e não pelos seus membros isoladamente", e que, muitas vezes, a percentagem de regressos era mínima.

O estudo de Jorge Alves sobre as lógicas migratórias no Porto oitocentista mostra que a composição da emigração oscilou enormemente; por exemplo, se, "em 1839, os solteiros representam cerca de 85% e os casados apenas 8%", já em 1879 "os solteiros fixam-se nos 42% e os casados saltam para uma posição maioritária (55%), situação que continua a verificar-se vinte anos mais tarde"; "em 1879, é quase só um fenómeno de adultos, e, em 1899, torna-se um

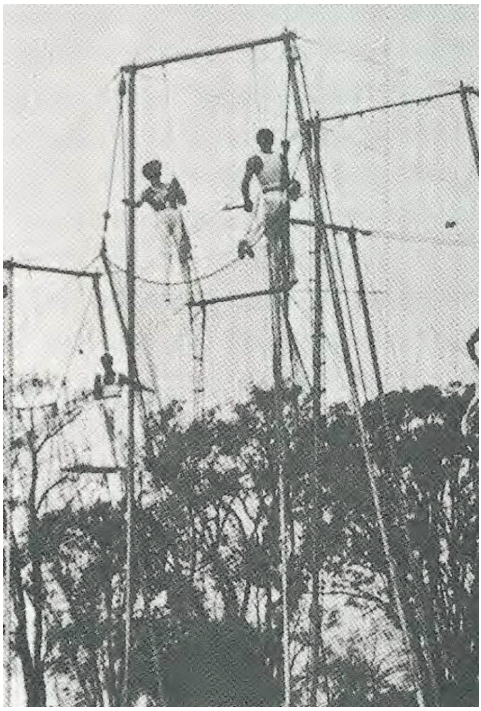
fenómeno generalizado a todas as idades, num reflexo nítido do aumento espectacular da emigração familiar que a todos engloba". O trabalho de Alves chama também a atenção para o facto de os documentos sobre emigração, se não forem sujeitos a uma cuidadosa decifração, poderem induzir a imagens profundamente erradas: "mesmo na emigração dos maiores de 14 anos, o processo burocrático de individualização dos passaportes oculta e transfigura a imagem real do imigrante, pois muitas vezes este não segue isolado. Uma leitura de pormenor dos registos de passaporte e das suas anotações marginais permite detectar que, com frequência, a emigração de mulheres e crianças isoladas não representa senão o processo de reagrupamento familiar".

Marcelo Borjes mostra como "os portugueses de Buenos Aires, em 1855, estavam casados, na sua grande maioria, com mulheres argentinas (77,1%), e em proporção muito menor com uruguaias (9,7%) e portuguesas (4,6%)". Estas "características matrimoniais não sofreram modificações importantes em 1869": apenas nas mulheres se verificava um padrão fortemente endogâmico. E quando, em 1895, a endogamia subiu drasticamente tanto para as mulheres como para os homens, foi porque se entrou num período de instalação familiar em Buenos Aires, como indicam os dados sobre "uma população mais jovem, maior número de mulheres e crianças, maior presença de famílias, importância crescente dos vínculos familiares nos padrões de residência".

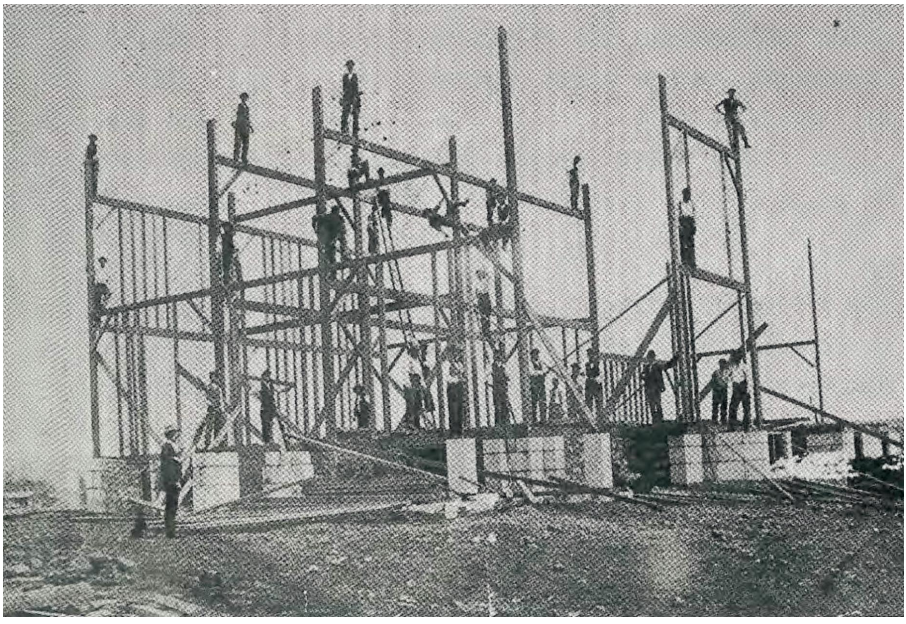
No Brasil, o adido comercial português comentava num relatório de 1923 (*cit. in Pereira*, 1981: 257): "o Brasil absorve, nacionalisa, funde cada vez mais o portuguez". Segundo Nizza da Silva (1992: xxiv e xxix), "no início do séc. XX, a

imigração portuguesa tinha mudado de características": se antes fora predominantemente masculina, e nomeadamente de menores de idade, que, quando partiam sem laços matrimoniais, "casavam quase sempre com brasileiras ou com elas viviam em concubinato", com a viragem do século e com o apoio estatal (a partir de 1890) à imigração familiar para a agricultura, "a porcentagem de imigração feminina aumentara para 32,8%, o que mostra claramente que agora eram sobretudo as famílias ou os casais que emigravam". A opção pela nacionalidade brasileira foi frequente, desde que a Lei da Grande Naturalização foi promulgada (pouco depois da proclamação da república), porque essa lei automaticamente "atribuiu a cidadania brasileira a todos os cidadãos estrangeiros, a menos que estes publicamente a recusassem". Nas primeiras décadas deste século, segundo Nizza da Silva (1992: 68), as principais razões da naturalização eram: "o desejo de manter propriedades, de ocupar determinados cargos, de abolir a distância em relação a uma esposa e filhos brasileiros, o enraizamento no país devido à propriedade rural". Um artigo de 1916 publicado no semanário "O Lusíada" de S. Paulo, aceitando "como exata, como axioma" a ideia de que "o português se desnacionaliza na segunda geração", lamenta até que muitos dos descendentes escarneçam "do pai, da mãe, dos portugueses, e enfim de tudo o que é português" (*cit. in* Silva 1992: 72). Herbert Klein, ao estudar a integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil, mostra como, segundo as estatísticas portuguesas, entre 1936 e 1965, a rácio de regresso dos imigrantes era de apenas 13%. Estimativas demográficas, feitas sobre dados brasileiros, indicam também uma rácio de regresso inferior a qualquer outro grande grupo de imigrantes

europeus (só os japoneses regressavam menos), embora maior do que esses 13%. Klein também mostra que, nos anos 20, os imigrantes portugueses representavam 1,4% da população do Brasil mas já possuiam 2,1% das terras. Em S. Paulo, em 1934, eles tinham uma posição sólida entre os fazendeiros de café e estavam consistentemente representados em t*odas as áreas* da produção agrícola. No campo industrial, não só os trabalhadores portugueses "estavam entre os socialistas e anarco-sindicalistas radicais que iniciaram o movimento operário no Brasil", como eram dos mais importantes (a seguir aos brasileiros e italianos) proprietários de fábricas e oficinas, que, ainda que com muito baixo capital, eram maiores do que as de qualquer outro grupo imigrante (excepto os sírios). De forma que, por exemplo, os dados sobre os proprietários da indústria em São Paulo, nos anos 70, mostram o grande peso de pessoas com ascendência portuguesa até à 3ª geração, valor que ainda aumenta se virmos apenas as grandes empresas. Em relação aos padrões de endogamia, repare-se que Klein afirma que os portugueses eram "muito mais endogâmicos do que qualquer outro grande grupo europeu imigrante", mas, mesmo assim, apenas 34% dos homens e 68% das mulheres, entre 1941 e 1945, se casavam dentro do próprio grupo.



| 11. |



| 12. |

Capítulo 5

Sugestões metodológicas

Terminarei com algumas reflexões metodológicas. A discussão do retorno claramente revela, antes de mais, que a situação do emigrado é de uma profunda *ambivalência*. O fenómeno emigratório, mais ainda do que a maior parte dos fenómenos sociais, parece apresentar como características marcantes uma grande ambiguidade e variabilidade. São duas razões para evitar as generalizações feitas a partir de um caso — e, muito menos, de uma ideologia. A sociologia poderá apenas ir ver, idealtipicamente, quais os valores e acções predominantes num dado contexto, sem deixar de registar também os dados discordantes e sobretudo sem esquecer que esses valores e acções posivelmente mudam num contexto vizinho (por vezes de uma região muito próxima), e que poderão ter mudado, ou vir a mudar rapidamente, com a passagem dos anos, das gerações, das próprias fases da vida dentro de cada geração.

Tendo presente esta precaução, resta ir inventando os procedimentos metodológicos e técnicos mais adequados para dar resposta à necessidade epistemológica, referida no início deste texto, de compreender o ponto de vista daquele que emigra. Há que recusar os muitos pseudo-estudos que nesta área são feitos, sem qualquer metodologia científica; e há que renovar os métodos usados nos estudos sérios. No campo das análises quantitativas, a discussão está mais

avançada: vejam-se as sínteses recentes, feitas por Baganha e por Peixoto, sobre a gigantesca e resistente sub-avaliação da emigração nas estatísticas oficiais portuguesas (sobretudo devido ao fenómeno da emigração clandestina), sobre a necessidade de ajustar critérios e de variar e comparar fontes multinacionais; leia-se também o que diz Amorim sobre "as dificuldades de visão de síntese em Demografia Histórica [que] advêm em parte do facto de não dispormos em Portugal de registos paroquiais específicos para a Mobilidade", isto é, para as entradas e saídas por opção, tal como as temos, com rigor, para as entradas e saídas naturais (nupcialidade, natalidade e mortalidade); Poinard (1983: 30-31) lembra, por sua vez, que muitas vindas a Portugal são contadas como regressos quando constituem apenas fases intermédias antes de uma nova partida. O facto de, a partir de 1986, os portugueses terem passado a entrar em qualquer país da Europa apenas com o bilhete de identidade, e de, a partir de 1988, se ter criado um passaporte único (sem distinção entre turismo e emigração), levou a que se pensasse realizar um Inquérito Nacional ao Retorno dos Emigrantes, que nunca chegou a ser realizado. Mas, se é praticamente inviável quantificar exaustivamente o retorno, já seria possível, e muito necessário, quantificar as naturalizações (e as adopções de dupla nacionalidade) como indícios — e apenas indícios — das atitudes dos emigrados. Repare-se como a própria Lei da Nacionalidade, de 3-10-1981, reconhece a ambiguidade de critérios ao admitir o acesso à universidade portuguesa, entre outros, "aos que forem havidos como descendentes de portugueses, aos membros de comunidades de ascendência portuguesa" — em que uma definição rigorosa é manifestamente ímpossivel e, pelos vistos, indesejada —

mas ao mesmo tempo permite a contagem rigorosa das naturalizações, para as quais são necessárias declarações oficiais. Há que inventar novos procedimentos, como faz Amorim com a "metodologia da paróquia reconstituída" e o seu cruzamento com róis de confessados e registos de passaportes, permitindo "uma nova segurança na abordagem do problema".

Não esqueçamos, entretanto, que este tipo de fontes, ainda que retrabalhadas, ainda é limitado em pelo menos duas decisivas dimensões dos problemas. Por um lado, porque geralmente nos dá apenas o ponto de vista ou do país de saída ou do país de destino; isto deverá ser corrigido com abordagens, quer quantitativas quer qualitativas, que estudem os dois lados de cada questão (e, no domínio dos estudos qualitativos, há já para o caso português alguns trabalhos deste tipo). Por outro lado, porque nos dá uma visão estatal (por vezes mesmo policial, ou judicial, ou aproximando-se disso), aquém do acesso aos pontos de vista e estratégias dos próprios emigrantes; o que pede que não se esqueçam as adequadas metodologias qualitativas, como o estudo de cartas e documentos familiares e, nos casos contemporâneos, um aprofundado trabalho de campo, que utilize não apenas questionários e entrevistas mas também a observação participante.

Os estudos que se fazem sobre emigração, mesmo quando se dão tempo de entrevistar pessoas, não se costumam dar conta de que os mais disponíveis para essas entrevistas são os reformados, e que estes, pela sua idade avançada, vivem mais da memória de tempos recuados, e a reproduzem de forma mais sentimental, o que enviesa frequentemente as nossas análises; ou então os entrevistados são líderes de

clubes ou da Igreja, que, por serem representativos de apenas uma parte das situações e estratégias dos emigrados, também não podem de modo nenhum permitir uma análise completa. No meu trabalho de campo de 1986, muito embora me desse rapidamente conta da necessidade de evitar estes riscos de sentimentalização e oficialização das retóricas das "comunidades portuguesas", acabei, reconheço-o agora, por ainda assim me limitar aos mais visíveis dos emigrados, que encontrava e procurava nos clubes luso-americanos, nas missas, nas casas de que tinha referências; a minha discussão da profunda diferenciação social existente nesta não-comunidade de não-portugueses poderia ter ido mais longe se, por exemplo, eu tivesse elaborado previamente uma listagem de todas as famílias da Lousã que para ali haviam emigrado e depois lá tivesse procurado averiguar quantas nem sequer eram visíveis, de tão integradas na sociedade americana, e quantas, e quais, tinham seguido variados percursos visíveis.

Não esqueçamos também a possibilidade e vantagem de procurar os discursos autobiográficos elaborados e organizados pelos próprios emigrados, seja em cartas, seja em livros autobiográficos (de que só conheço a obra, bem interessante, de Laurinda Andrade, que abrange o período dos anos dez aos anos sessenta), seja ainda em materiais não escritos, porque, como lembra Nizza da Silva (1992: xviii), "a história desse processo não se escreve apenas com documentos escritos, e a cultura material, tal como a iconografia, constituem elementos fundamentais" — daí a necessidade de organizar acções que visem a recolha e tratamento, não só de cartas, como de "fotografias, objectos, roupas, documentos, livros referentes ao processo migratório português". A solução mais consequente e mais frutuosa será porventura o

lançamento de projectos históricos que, na sequência do que desde os anos setenta se vem fazendo em Inglaterra (Maria Irene Santos, 1980), gerem processos em que os próprios actores, colectivamente, escrevam os testemunhos das suas experiências de trabalho e de vida. Para a região dos Estados Unidos onde se situam as cidades que estudei, existe, por exemplo, um interessante livro (Brecher, Lombardi e Stockhouse, 1982) que resultou de um processo deste tipo: através de folhetos e de artigos de fundo em jornais, os investigadores (com a colaboração de sindicatos e de outras organizações locais) instigaram as pessoas, nomeadamente as pertencentes às minorias menos cobertas pelo trabalho tradicional dos historiadores, a contarem as histórias das suas vidas e lutas e a partilharem documentos que possuissem; um concurso e uma consequente exposição itinerante de fotografias, "embora não fosse um grande sucesso em termos de produzir fotos, provou ser um excelente meio de criar interesse comunitário e envolvimento no projecto" (1982: 274-5); daqui resultando importantes relatos em que os protagonistas são vistos como sujeitos e não apenas objectos das suas próprias histórias; o que, depois de abundante circulação dos manuscritos entre as partes envolvidas, deu origem ao livro. Esta obra seria ainda mais interessante se, em vez de recorrer maioritariamente a entrevistas orais, tivesse incentivado mais a produção de textos em forma escrita; porque, como nota Santos (1980: 126), "além de ser esse o modo de compreensão por excelência da cultura dominante, é preciso que as pessoas olhem o passado, não com nostalgia, ou com alívio porque é passado, ou sequer com um misto de saudades e alívio, mas que *vejam* (i.e., escrevam e leiam) como se pode, ou não, processar a mudança."

Parece-me também um urgente imperativo metodológico tornar claras as diferenças: entre a retórica dos Estados relativa à emigração e a retórica dos próprios emigrados; no seio dos emigrados, entre a retórica do que publicamente afirmam ao Estado ou aos entrevistadores e aquilo que, depois de um estudo aprofundado, surge como os seus valores e aspirações, procurando então compreender as eventuais contradições entre esses valores e aspirações e os valores dominantes na sociedade envolvente, em vez de especular aleatoriamente sobre as sempre evidentes razões da sua postulada não-adaptação; e, sobretudo, as diferenças entre aquilo que os emigrados declaram, ou mesmo aquilo que mais escondidamente valorizam e desejam, e a outra face, escandalosamente pouco estudada, que é aquilo que eles efectivamente fazem, ou seja, que (diversos) percursos seguiram, onde e como organizaram e organizam as suas vidas de trabalho, de investimento, de família, de habitação, de sociabilidade, o que perderam, o que ganharam, quem sobretudo perdeu e quem sobretudo ganhou, e em que épocas.

Só a partir desta recolha mais fundamentada e completa de materiais se poderão, para cada caso, formular, testar e compreender *correlações* entre, por exemplo, a existência à partida de intenções e possibilidades de reprodução das famílias ou comunidades (Wall, 1984: 62, Monteiro, 1985, Brandão, 1993: 168) e a existência, permanência ou abandono de estratégias de regresso; ou entre os ciclos de vida, a emigração e o eventual retorno (Monteiro, 1985: 73-74 e 86-87 e Peixoto, 1993: 279); ou entre as sucessivas gerações de emigração, a integração e o mítico retorno.

Referências bibliográficas

Almeida, Carlos, Barreto, António (1976) *Capitalismo e emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora.

Almeida, Onésimo Teotónio (1987) *L(USA)lândia: a décima ilha*, Angra do Heroísmo, Direcção de Serviços de Emigração.

Alves, Jorge F. (1993) "Lógicas migratórias no Porto oitocentista", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Amaro, R. Roque (1985) "Ei-los que voltam: problemas e desafios do regresso dos emigrantes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Maio 1985.

Amorim, Maria Norberta (1993) "Emigração em três paróquias do sul do Pico (finais do século XVIII a 1930): abordagem microanalítica", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Anderson, Grace (1974) *Networks of contact: the Portuguese and Toronto*, Ontario, Wilfrid Laurier University.

Andrade, Laurinda (1968) *The open door*, New Bedford, Reynolds-De Walt.

Arroteia, Jorge Carvalho (1985) "Aspectos recentes da emigração portuguesa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17, Maio 1985.

Arroteia, Jorge (1992) "Os portugueses em Espanha", Comunicação ao Colóquio internacional sobre emigração-imigração portuguesa nos séculos XIX-XX, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, dactilografado.

Baganha, Maria Ioannis (1988) "Social marginalization, government policies and emigrants' remittances: Portugal 1870-1930", *Estudos e Ensaios*.

Baganha, Maria Ioannis (1991) "Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre a emigração", *Análise Social*, vol. XXVI, nº 112-113.

Becker, Adeline (1982) *The role of the school in the maintenance and change of ethnic group affiliation*, Brown University, dactilografado.

Blanchot, Maurice (1983) *La communauté inavouable*, Paris, Minuit.

Borges, Marcelo J. (1993) "Portugueses en Buenos Aires en el siglo XIX: caracteristicas y evolución de una comunidad multisecular", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Brandão, Maria de Fátima S. (1993) "O bom emigrante à casa torna?", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Brecher, Jeremy; Lombardy, Jerry; Stackhouse, Jan (1982) *Brass Valley - The story of working people's lives and struggles in an American industrial region*, Philadelphia, Temple University Press.

Brettel, Caroline e Callier-Boisvert (1977) "Portuguese Immigrants in France: familial and social networks and the structuring of 'community'", *Studi Emigrazione*, ano XIV, nº46, Junho 1977.

Cabral, Manuel Villaverde (1979) *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo.

Cabral, Manuel Villaverde (1981) "A ética dos estudos camponeses", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, Dez. 1981.

Castro-Almeida, C. (1989) "L'immigration et espaces de mobilité en Europe: le cas de l'immigration portugaise en France", *Espaces et Sociétés*, nº 54-55

Cordeiro, Albano (1993) "La communauté portugaise de France", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre*

Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX), Lisboa, Fragmentos.

Cunha, Mª do Céu (1986) "Femmes: la longue marche", *in* Lacerda, Cordeiro *et al*, *Enfermements et ouvertures: les associations portugaises en France*, Paris, CEDEP.

Cunha, Pedro da (1979) "Overcoming culture shock: a frame of reference", *in* Donaldo P. Macedo (ed.), *Issues in Portuguese bilingual education*, Cambridge (Massachusetts), National Assessment and Dissemination Project.

Feldman-Bianco, Bela (1992) "Multiple layers of time and space: the construction of class, ethnicity, and nationalism among portuguese immigrants", *in* N. Glick Schiller, L. Basch e C. Blanc-Szanton, *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*, Annals of the New York Academy of Sciences, vol. 645.

Giddens, Anthony (1981) *A contemporary critique of historical materialism*, London, Macmillan.

Greeley, Andrew (1971) *Why can't they be like us: America's white ethnic groups*, New York, E.P. Dutton.

Hettlage, Robert (1986) "Recherches sur les migrations en Allemagne Fédérale", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 2, nº 2, Nov. 1986.

Isaacs, Harold R. (1975) "Basic group identity: the idols of the tribe", *in* Glazer e Moynihan (eds), *Ethnicity: Theory and Experience*, Cambridge, Harvard University Press.

Klein, Herbert S. (1992) "The social and economic integration of Portuguese immigrants in Brazil in the late nineteenth and twentieth centuries", Comunicação ao Colóquio internacional sobre emigração-imigração portuguesa nos séculos XIX-XX, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, dactilografado.

Lacerda, Daniel, Cordeiro, Albano *et al* (1986) *Enfermement et ouvertures: le associations portugaises en France*, Paris, CEDEP.

Leandro, Maria Engrácia (1993) "Portugueses na região parisiense: reinvenção dos laços sociais", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal* (séculos XIX e XX), Lisboa, Fragmentos.

Leite, Joaquim da Costa (1993) "Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Lourenço, Eduardo (1978) *O labirinto da saudade*, Lisboa, D. Quixote.

Luhmman, Niklas (1982) *The differentiation of society*, New York, Columbia University Press.

Martinho, Alberto (1984) "Os filhos dos emigrantes (16-21 anos) oriundos do distrito da Guarda, em França: nem a integração, nem o retorno. Estudo comparado de duas amostras", *in Emigração e retorno na região Centro*, Comissão de coordenação da Região Centro.

Melzer, Leo (1985) "Muitos reformados dependem da segurança social", *Os luso-americanos: quem são?, onde estão? o que fazem?*, Serviços de Imprensa e Cultura, Embaixada dos Estados Unidos da América.

Monteiro, Paulo Filipe (1985) *Terra que já foi terra*, Lisboa, Edições Salamandra.

Monteiro, Paulo Filipe (1987) "Luso-americanos no Connecticut: questões de etnicidade e de comunidade", *Povos e Culturas*, nº 2, sobre trabalho de campo realizado em 1986; a publicação vem datada de 1987 mas de facto apenas se efectuou em 1989.

Monteiro, Paulo Filipe (1993) "Emigrantes emigrados: da Lousã ao Connecticut, uma investigação em dois tempos", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Nancy, Jean-Luc (1986) *La communauté désoeuvrée*, Paris, Christian Bourgois.

Pap, Leo (1964) "Portuguese pioneers and early immigrants in North America", *in* Damião Peres (org.), *Actas do V Colóquio Internacionl de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

Parsons, Talcott (1975) "Some theoretical considerations on the nature and trends of change of ethnicity", *in* Nathan Glazer e Daniel Moynihan (eds.), *Ethnicity: theory and experience*, Cambridge, Harvard University Press.

Peixoto, João (1993) "Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Pereira, Mª Glória Pires de Sá (1985) *A posição socioeconómica dos imigrantes portugueses e seus descendentes nos Estados de Massachussets e Rhode Island (USA)*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração.

Pereira, Miriam Halpern (1971) *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*, Lisboa, Cosmos.

Pereira, Miriam Halpern (1981) *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*, Lisboa, A Regra do Jogo.

Pina-Cabral, João de (1987) "Paved roads and enchanted mooresses: the perception of the past among the peasant population of the Alto Minho", *Man* (N.S.), vol. 22, nº 4.

Poinard, Michel (1983) "Emigrantes portugueses: o regresso", *Análise Social*, vol. XX, nº 75.

Redfield, Robert (1973) *The little community and peasant society and culture*, Chicago/London, The University of Chicago Press.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1973) "Queiriga, uma comunidade em face da emigração", *Comunidades portuguesas*, 33, Dez. 1973.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1976) "Comunidades migrantes em situação dipolar", *Análise Social*, vol. XII, nº 48.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1979) "The Iberian peninsula", *in* Daniel Kubat (org.), *The politics of migration policies*, New York, The Centre for Migration Studies of Ney York.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1982) *Da emigração às comunidades e portuguesas*, Lisboa, Edições Conhecer.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1984) "Queiriga Revisitada", *in Emigração e retorno na região centro*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1989) "A presença dos ausentes", *Sociedade e Território*, número especial sobre *Espaço: emigração e retorno*, Ano 3, nº 8, Fev. 1989.

Rodrigues, Adriano Duarte (1979) "La pratique symbolique des travailleurs immigrés", *Revista de História Económica e Social*, nº4.

Rodrigues, Adriano Duarte; Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1981) "La pratique symbolique des migrants: résistance à la désappropriation ou mémoire communautaire?", *in* Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Estudos sobre a emigração portuguesa* (Cadernos da Revista de História Económica e Social), Lisboa, Sá da Costa.

Rogers, Francis (1974) *Americans of Portuguese descent: a lesson in differentiation*, California, Sage Publications.

Rosen, Charles (1978) "Les ruines de Walter Benjamin", *Critique*, nº 370.

Santos, Boaventura de Sousa (1981) "A pequena agricultura e as ciências sociais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, Dez. 1981.

Santos, Maria Irene Ramalho de Sousa (1980) "A escrita na vida da gente: sobre 'autobiografias operárias'", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 4/5, Out. 1980.

Silva, Mª Beatriz Nizza da (1992) *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil* (1850-1938), Rio de Janeiro, Nórdica.

Vieira, Alberto (1993) "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX", *in* Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/ imigração em Portugal: actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

Wall, Karin (1984) "Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório", *Ler História*, nº3.

Wolforth, Sandra (1978) *The Portuguese in America*, San Francisco, dactilografado.

Youngs, Joseph (1939) "Portuguese of Danbury", "Portuguese of Naugutuck", "Portuguese of New Haven", *Relatórios para o WPA-Federal Writers' Project*, dactilografados.



| 13 . |